

Ungaretti, Carlos Renato; Nunes, Ticiana Gabrielle Amaral; Di Marco, Giulia Marianna Rodrigues; de Mendonça, Marco Aurélio Alves

Working Paper

Brasil e China: Um caso de geoeconomia híbrida?

Texto para Discussão, No. 2912

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Ungaretti, Carlos Renato; Nunes, Ticiana Gabrielle Amaral; Di Marco, Giulia Marianna Rodrigues; de Mendonça, Marco Aurélio Alves (2023) : Brasil e China: Um caso de geoeconomia híbrida?, Texto para Discussão, No. 2912, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2912-port>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/285034>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2912

**BRASIL E CHINA: UM CASO
DE GEOECONOMIA HÍBRIDA?**

**CARLOS RENATO DA FONSECA UNGARETTI LOPES FILHO
TICIANA GABRIELLE AMARAL NUNES
GIULIA MARIANNA RODRIGUES DI MARCO
MARCO AURÉLIO ALVES DE MENDONÇA**

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

**BRASIL E CHINA: UM CASO
DE GEOECONOMIA HÍBRIDA?**

CARLOS RENATO DA FONSECA UNGARETTI LOPES FILHO¹

TICIANA GABRIELLE AMARAL NUNES²

GIULIA MARIANNA RODRIGUES DI MARCO³

MARCO AURÉLIO ALVES DE MENDONÇA⁴

1. Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea). *E-mail*: <carlos.fonseca@ipea.gov.br>.

2. Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea. *E-mail*: <ticiananunes@ipea.gov.br>.

3. Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea. *E-mail*: <giuliamarco@ipea.gov.br>.

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte/Ipea. *E-mail*: <marco.mendonca@ipea.gov.br>.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenador-Geral de Imprensa e Comunicação Social

ANTONIO LASSANCE

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2023

Brasil e China : um caso de geoeconomia híbrida? / Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes Filho ... [et al.]. – Brasília, DF: IPEA, 2023.

77 p. : il. – (Texto para Discussão ; 2912).

Inclui Bibliografia.

1. Geoeconomia. 2. Investimentos. 3. Infraestrutura. 4. Brasil. 5. China I. Lopes Filho, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti. II. Nunes, Ticiania Gabrielle Amaral. III. Di Marco, Giulia Marianna Rodrigues. IV. Mendonça, Marco Aurélio Alves de. V. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 338.88

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

LOPES FILHO, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti; NUNES, Ticiania Gabrielle Amaral; DI MARCO, Giulia Marianna Rodrigues; MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de. **Brasil e China** : um caso de geoeconomia híbrida? Brasília: Ipea, ago. 2023. 77 p. : il. (Texto para Discussão, n. 2912). DOI: [http:// dx.doi.org/10.38116/td2912-port](http://dx.doi.org/10.38116/td2912-port).

JEL: F10; F30; F34; F50; F55; F59; F6.

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE	
ABSTRACT	
1 INTRODUÇÃO	6
2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CHINA E A SUA PROJEÇÃO GEOCONÔMICA: DETERMINANTES, IMPLICAÇÕES E POSSIBILIDADES PARA O BRASIL	8
2.1 O paradigma inaugural da EPI e a perspectiva da geoeconomia.....	14
2.2 A geoeconomia híbrida e as implicações e possibilidades para o Brasil.....	17
3 A DIPLOMACIA COMERCIAL NAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS.....	20
3.1 A dimensão comercial das relações sino-brasileiras no século XXI.....	21
4 A CHINA INVESTIDORA: PANORAMA INTERNACIONAL E DESDOBRAMENTOS PARA O BRASIL.....	30
4.1 A projeção econômica internacional da China e a BRI	31
4.2 A evolução do investimento direto chinês no Brasil.....	32
5 TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, INFRAESTRUTURA, ECONOMIA DIGITAL E SAÚDE: POTENCIALIDADES DO RELACIONAMENTO BILATERAL.....	41
5.1 A agenda climática e a transição energética: as contribuições da China	41
5.2 Conectividade, infraestrutura e canais de financiamento.....	49
5.3 A presença chinesa na economia digital brasileira	54
5.4 A dimensão da saúde no relacionamento bilateral e a cooperação sino-brasileira durante a pandemia.....	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	63
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	77

SINOPSE

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar as perspectivas e o panorama das relações econômicas sino-brasileiras. Inicialmente, buscou-se compreender os fatores determinantes e as implicações da trajetória de internacionalização da China, assim como sua projeção geoeconômica. Essas implicações se caracterizam pelo hibridismo e oferecem tanto oportunidades quanto desafios ao Brasil. Considerando-se esse entendimento, tentou-se descrever a evolução e as perspectivas em torno das relações de comércio e investimento entre Brasil e China. Além disso, foram analisadas dimensões do relacionamento bilateral que apresentam potencial de transformação estrutural, com destaque para transição energética, infraestrutura, economia digital, saúde e cooperação financeira. Por fim, argumenta-se que, para além dos crescentes laços comerciais e de investimento impulsionados por fortes complementaridades, é fundamental construir estratégias de longo prazo em relação à China e converter o país asiático em um parceiro estratégico do desenvolvimento brasileiro.

Palavras-chave: Brasil; China; geoeconomia; investimentos; infraestrutura.

ABSTRACT

The general objective of this study is to analyze the perspectives and the general framework of Sino-brazilian economic relations. Initially, it was sought to understand the determinants and implications of China's internationalization trajectory and its geoeconomic projection, whose implications are characterized by hybridism and offer both opportunities and challenges to Brazil. Considering this understanding, it was intended to describe the evolution and perspectives around trade and investment relations. In addition, dimensions of the bilateral relationship with structural transformation potential were analyzed, especially energy transition, infrastructure, digital economy, health and financial cooperation. Finally, it was argued that, in addition to increasing commercial and investment ties driven by strong complementarities, it is essential to build long-term strategies for China and convert the Asian country into a strategic partner of Brazilian development.

Keywords: Brazil; China; geoeconomics; investments; infrastructure.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a China se consolidou como ator central nas dinâmicas políticas, econômicas e de segurança globais, com papel destacado e mesmo de liderança dos pontos de vista comercial, financeiro e tecnológico. O país asiático tornou-se o principal parceiro comercial de diversas nações, incluindo o Brasil, despontando também como investidor, financiador e construtor de obras de infraestrutura na América Latina.

Em formulação seminal, Luttwak (1990, p. 17) conceituou geoeconomia¹ como “mistura da lógica do conflito com os métodos de comércio”. Em vez de métodos militares, os países usariam práticas de mercado amplamente aceitas para projetar poder. A utilização de instrumentos econômicos permite atingir finalidades estratégicas e geopolíticas, revelando intersecções entre poder econômico e poder político (Blackwill e Harris, 2016). Para Baru (2012), o entendimento envolve a noção de que a projeção do poder nacional tem consequências econômicas, ao passo que consequências geopolíticas se desdobram a partir de fenômenos essencialmente econômicos.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar o panorama das relações econômicas sino-brasileiras e sugerir perspectivas. Primeiramente, buscou-se compreender os processos, os determinantes e as implicações da internacionalização da China e de sua projeção geoeconômica em relação ao Brasil. Por meio das abordagens teóricas concernentes ao campo da economia política internacional (EPI), intentou-se situar a evolução das relações econômicas entre Brasil e China em um quadro mais amplo da inserção internacional do país asiático, cuja faceta mais proeminente é a Iniciativa do Cinturão e Rota, ou Belt and Road Initiative (BRI). Posteriormente, procedeu-se à descrição das relações de comércio e investimento entre Brasil e China, cujas complementaridades são evidentes.

Como as agendas estruturantes para a construção de uma estratégia de longo prazo do Brasil em relação à China ultrapassam as áreas de comércio e investimento, a última seção do estudo elencou e analisou dimensões que possuem um potencial transformador (Rosito, 2020), a saber: a *transição energética*,² componente central no

1. Há, contudo, uma indefinição e até mesmo imprecisão em relação ao conceito de geoeconomia, não existindo uma formulação amplamente aceita. Scholvin e Wigell (2018) propõem a existência de dimensões, não mutuamente exclusivas, de abordagem geoeconômica enquanto ferramenta analítica e estratégia de Estado.

2. A China é o maior emissor de gases do efeito estufa (GEEs), mas também responsável por parcela relevante dos investimentos globais em energias renováveis (eólica e solar, especialmente). Esse protagonismo se reflete no Brasil, que vem recepcionando investimentos de companhias chinesas em geração, transmissão e distribuição de energia.

combate às mudanças climáticas e indispensável para o desenvolvimento econômico na contemporaneidade; e o *financiamento de infraestrutura*, núcleo das iniciativas internacionais da China e sua projeção geoeconômica.

Embora não signatário da BRI, o Brasil recebeu inversões chinesas em infraestrutura. Paralelamente, os dois países compartilham espaços em instituições dedicadas ao financiamento de infraestrutura, como é o caso do Fundo Brasil-China, o Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NBD) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank – AIIB).

Por fim, as temáticas da economia digital e da saúde parecem relevantes, em virtude dos desdobramentos da pandemia da covid-19. O país asiático inclusive conferiu uma importância renovada para iniciativas previamente estabelecidas, como a Rota da Seda da Saúde (Health Silk Road – HSR) e a Rota da Seda Digital (Digital Silk Road – DSR).

Do ponto de vista do Brasil, a economia digital e a da saúde constituem áreas com grande potencial de crescimento, seja por meio de acordos de cooperação bilateral, seja pelo ingresso de companhias chinesas nos setores de tecnologia da informação.

As relações sino-brasileiras, imbricadas na projeção geoeconômica da China no Brasil, caracterizam-se por serem ambíguas e multifacetadas. Por isso, é tão importante identificar oportunidades e desafios para o desenvolvimento brasileiro.

Em termos teóricos-metodológicos, este trabalho se situa no campo da EPI, tratando sobretudo da interação entre Estados e fatores econômicos (Milner, 2004). O estudo se valeu de extensa revisão da literatura, pesquisa documental, bem como coleta e análise de indicadores econômicos. As fontes para coleta de dados foram igualmente amplas, envolvendo bases oficiais e não oficiais, a par de fontes secundárias (artigos, mídia especializada etc.).

O texto divide-se em seis seções, incluindo esta introdução. A seção 2 aborda questões teóricas associadas ao processo de internacionalização econômica da China. A seção 3 focaliza a dimensão comercial das relações sino-brasileiras. A seção 4 apresenta o panorama das relações de investimento entre Brasil e China no século XXI. A seção 5 exhibe particularidades de áreas portadoras de futuro relacionadas à transição energética, à infraestrutura, às finanças e à economia digital e da saúde. Por fim, a seção 6 traz as considerações finais deste estudo.

2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CHINA E A SUA PROJEÇÃO GEOCONÔMICA: DETERMINANTES, IMPLICAÇÕES E POSSIBILIDADES PARA O BRASIL

A internacionalização de empresas chinesas se vinculou diretamente à estratégia Going Global, lançada no início do século XXI, para apoiar, orientar e sustentar investimentos de companhias relativamente competitivas em setores considerados estratégicos, possibilitando a exportação de bens e serviços e a transformação dessas firmas em multinacionais (Mendonça, Ungaretti e Barbosa, 2021). A extroversão destas empresas ganhou tração no período pós-crise financeira de 2008.

Segundo Dunning (2000),³ há quatro determinantes principais para explicar a motivação das empresas em seus processos de internacionalização, contemplando a busca por: i) recursos (*resource seeking*); ii) mercados (*market seeking*); iii) eficiência (*efficiency seeking*); e iv) ativos estratégicos (*strategic asset seeking*).

A busca por recursos representa um dos determinantes mais relevantes para o caso chinês. O país transitou de uma conjuntura meramente exportadora para um aparato industrial colossal altamente dependente das importações de petróleo. Com isso, tornou-se imperativo adotar estratégias para assegurar o suprimento de recursos energéticos e matérias-primas, implicando a expansão internacional das firmas chinesas nos setores de petróleo e mineração, sobretudo (Santos e Milan, 2014).

A tabela 1 ilustra a distribuição setorial dos investimentos chineses entre 2005 e 2021, destacando a representação dos setores de energia e metais.

3. O paradigma eclético – ou *ownership, location, internalization* (OLI) – permanece como um dos principais esquemas analíticos para analisar os determinantes do investimento estrangeiro direto (IED) e as atividades no exterior de empresas multinacionais. O paradigma pressupõe a interação entre três variáveis interdependentes (OLI), proporcionando explicações a respeito das vantagens e motivações para a internacionalização das firmas.

TABELA 1**Investimentos chineses nos setores de energia e metais**

Setor	Montante (US\$ 1 bilhão)	Representação (% do total)
Energia	425,12	32,03
Petróleo	125,42	9,45
Gás	55,13	4,15
Carvão	39,31	2,96
Hidrelétrica	27,31	2,06
Fontes alternativas de energia	34,44	2,60
Sem classificação	143,51	10,81
Metais	161,16	12,14
Alumínio	23,97	1,81
Cobre	41,50	3,13
Ferro	51,34	3,87
Sem classificação	44,35	3,34
Demais setores	634,16	47,79
Total	1.327,09	100,00

Fonte: American Enterprise Institute (AEI). Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Elaboração dos autores.

A dimensão do IED chinês tem como determinante adicional a busca por ativos estratégicos, que constituem um meio pelo qual as firmas do país buscam superar desvantagens de sua posição retardatária na competição internacional. Por conta disso, houve aquisição de marcas, tecnologias e conhecimentos de firmas estrangeiras. Então, os fluxos de IED chinês em ativos estratégicos, bastante concentrados em mercados desenvolvidos e canalizados por meio de fusões e aquisições, contribuíram para o desenvolvimento doméstico mediante a obtenção de tecnologias, processos de manufatura e conhecimentos gerenciais (Salidjanova, 2011).

Para Jaguaribe (2018), os investimentos chineses revelaram “divisão de trabalho”. África, América Latina, Austrália e alguns países asiáticos receberam a maior parte dos fluxos de capitais em setores de energia, recursos naturais e infraestrutura relacionada. Por sua vez, Europa e Estados Unidos receberam investimentos em serviços, mídia, telecomunicações, tecnologia e manufatura de ponta.

A tabela 2 ilustra essa divisão de trabalho, apresentando a distribuição regional dos investimentos em setores determinados.

TABELA 2**Distribuição regional dos investimentos chineses, setores selecionados (2005-2021)**

Fonte de energia	Carvão, petróleo e gás		Cobre, ferro e alumínio		Tecnologia		Finanças	
	US\$ 1 bilhão	%	US\$ 1 bilhão	%	US\$ 1 bilhão	%	US\$ 1 bilhão	%
Austrália	25,02	11,38	25,28	21,64	0,12	0,17	2,18	2,62
Canadá	22,89	10,41	5,12	4,38	0,31	0,44	0,20	0,24
Estados Unidos	11,42	5,19	1,73	1,48	24,17	34,13	23,23	27,95
América Latina	32,41	14,74	23,83	20,40	1,15	1,62	2,84	3,42
Europa	8,23	3,74	3,21	2,75	32,98	46,58	40,60	48,85
África	24,03	10,93	26,05	22,30	0,72	1,02	6,15	7,40
Ásia (exclusive Oriente Médio)	70,31	31,98	30,39	26,02	11,36	16,04	7,91	9,52
Oriente Médio	25,55	11,62	1,20	1,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	219,86	100,00	116,81	100,00	70,81	100,00	83,11	100,00

Fonte: AEI. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Elaboração dos autores.

Os investimentos chineses ligados à busca por mercados se associaram diretamente às recentes mudanças estruturais de sua economia. A procura por oportunidades de mercado também decorreu do aumento da competição e saturação no mercado de origem (Salidjanova, 2011). A redução das oportunidades domésticas em setores como o de infraestrutura, somada à capacidade ociosa em inúmeros segmentos da indústria pesada,⁴ impeliu diversas firmas do país a se internacionalizarem (Cai, 2017).

Assim, a forte presença chinesa em ativos de geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil em alguma medida pode ser explicada pela necessidade das empresas do setor de ampliar sua atuação internacional e assegurar demanda para exportação de bens, serviços e capitais (Kong e Gallagher, 2020).

4. De acordo com Dittmer (2017), a taxa de utilização caiu para 71% no aço, 70% no alumínio, 67% no cimento, 72% no vidro e 76% na indústria automobilística, tornando os investimentos em infraestrutura no exterior uma plataforma eficaz para lidar com o excesso de capacidade crônico.

A busca por mercados também se vincula à emergência da China como potência tecnológica. Os lançamentos dos planos Made in China 2025,⁵ e, mais recentemente, do China Standards 2035,⁶ sinalizaram o propósito chinês de o país se tornar exportador de padrões tecnológicos. Possivelmente, ao menos em parte, o IED chinês no Brasil está associado à liderança em tecnologias energéticas e de telecomunicações (sistemas de transmissão, módulos solares, turbinas eólicas, redes 5G, cabos de fibra óptica, veículos elétricos etc.).

A exportação de padrões também se vincula a setores tradicionais, como infraestrutura. As firmas chinesas neste campo se notabilizaram por sua capacidade de executar grandes e complexos empreendimentos, mostrando-se competitivas para obter contratos em processos internacionais de licitação (Chauvet *et al.*, 2020).

A escola de Uppsala⁷ também oferece instrumentais para compreensão da trajetória de internacionalização de empresas multinacionais (Johanson e Vahlne, 1977), podendo ser utilizada para analisar o caso das companhias chinesas.

Para Hilal e Hemais (2003), essa corrente entende que o processo de internacionalização deriva do crescimento da firma, ou ainda, dada a saturação do mercado doméstico e a menor lucratividade local, as empresas se deparam com a necessidade de buscar novos locais para expansão.

A característica mais distintiva da escola de Uppsala é seu foco no *processo* de internacionalização. O modelo reserva centralidade para a dimensão comportamental da internacionalização e enfatiza o seu caráter incremental, entendido como componente essencial no processo de aprendizagem das empresas em seu envolvimento com mercados estrangeiros. Em outros termos, o modelo de Uppsala descreve a dinâmica de formação de capacidades das firmas para atuação no exterior (Vahlne e Johanson, 2017; Adedigba, Lin e Din, 2020).

5. Incorporado ao 13º Plano Quinquenal (2016-2020), o Made in China 2025 concentrou-se em diversos setores, incluindo novas tecnologias da informação, robótica, equipamentos de transporte ferroviário e aeroespacial, veículos eficientes de nova energia, entre outros (Made..., 2015).

6. O China Standards 2035 é um plano com duração de quinze anos e que se caracteriza como sucessor e complemento ao Made in China 2025. A expectativa é a de que o programa estabeleça um planejamento para que as principais empresas chinesas de tecnologia promovam padrões globais em segmentos como redes 5G, internet das coisas (IoT) e inteligência artificial (Koty, 2020).

7. A chamada escola de Uppsala tem origem ainda na década de 1970, quando uma série de estudos começaram a ser publicados com o objetivo de relatar o processo de internacionalização de empresas suecas. Os fundamentos dessa corrente fundamentariam o que posteriormente ficou conhecido como escola nórdica de negócios internacionais (Hilal e Hemais, 2003).

Considerando-se que o processo de internacionalização exige envolvimento e comprometimento de recursos em mercados desconhecidos, a formação e o desenvolvimento de aprendizagens reduz as incertezas e imperfeições das informações recebidas sobre os novos mercados (Hilal e Hemais, 2003). Nesse sentido, a escola de Uppsala observa a internacionalização como um processo lento e gradativo, por meio do qual as empresas obtêm conhecimentos e desenvolvem suas capacidades para se envolverem gradualmente com os mercados no exterior (Kim *et al.*, 2020; Igwe, Rugara e Rahman, 2022).

O envolvimento gradual da firma em operações no estrangeiro se manifesta de duas formas: sequência de modos de operação e seleção de mercados estrangeiros. Em relação aos modos de entrada, o modelo de Uppsala prevê uma sequência gradativa de envolvimento com mercados no exterior, seguindo uma ordem que se inicia com exportações indiretas e que gradativamente passa a englobar exportações diretas, licenciamentos e abertura de subsidiárias para vendas ou produção (Igwe, Rugara e Rahman, 2022).

A seleção de mercados estrangeiros é influenciada pela distância psíquica⁸ da firma em relação ao mercado no qual se pretende investir. Segundo Hilal e Hemais (2003), quanto maior a diferença entre o país de origem e o país estrangeiro em termos de desenvolvimento, nível e conteúdo educacional, idioma, cultura, sistema político, entre outros, maior o nível de incerteza. O modelo de Uppsala supõe que as firmas têm menos desconhecimento sobre os ambientes geográficos mais imediatos, na medida em que as barreiras culturais tendem a ser menores.

Igwe, Rugara e Rahman (2022, p. 12, tradução nossa) sintetizam da seguinte forma:

O modelo pressupõe que as empresas ganhem experiência no mercado local antes de selecionar e exportar para o mercado externo mais próximo, com base na distância psíquica do mercado doméstico. Esse processo é frequentemente considerado como aprendizado experimental (*learning by doing*) (...) a falta de conhecimento sobre mercados estrangeiros geralmente é o principal desafio que impede as empresas de internacionalização precoce.⁹

8. A distância psíquica constitui a soma dos fatores que interferem no fluxo de informação entre países. Na visão da escola de Uppsala, o constructo da distância psíquica leva as firmas a selecionarem os mercados de entrada em ordem crescente de distância percebida, o que pode ou não coincidir com a distância geográfica.

9. Do original: “The model assumes that firms gain experience from the local market before selecting and exporting to the closest foreign market based on the psychic distance from the home market. This process is often regarded as experimental learning (*learning by doing*). However, a lack of knowledge about foreign markets often is the major challenge preventing firms from early internationalization”.

A abordagem de Uppsala ainda enfatiza a importância das redes de relacionamento e de negócio nos países hospedeiros, envolvendo tanto fatores econômicos quanto laços cognitivos e sociais. Por sua vez, ressalta-se a existência de limites e contingências para sua aplicação, considerando-se as singularidades de processos de internacionalização em mercados altamente internacionalizados e a necessidade de contextualizar características específicas das empresas, das indústrias e dos fatores de localização (Hilal e Hemais, 2003).

O processo incremental e gradativo de aprendizagem pode ser percebido como um elemento que faz parte da trajetória de internacionalização de companhias chinesas. Na visão de Pei e Zheng (2015), a evolução dos investimentos chineses no exterior atravessou diferentes momentos de transição, incluindo um processo de acúmulo de experiências.

Sob a perspectiva das empresas chinesas, a formação de capacidades permitiu a construção de estratégias de crescimento global, melhorias na operação e gerenciamento de ativos no exterior, aperfeiçoamento no processo de tomada de decisão, aprimoramento de práticas de gestão de recursos humanos, físicos e financeiros, além da incorporação de habilidades operacionais e gerenciais avançadas. O aprendizado incremental igualmente envolveu uma crescente familiarização com distintos ambientes políticos, institucionais e regulatórios, em mercados cada vez mais distantes dos pontos de vista geográfico e cultural (Pei e Zheng, 2015).

Outros estudos também pontuam correspondências entre postulados da escola de Uppsala e a trajetória de internacionalização de companhias chinesas, sobretudo a possibilidade de identificarmos “estágios” de evolução incremental em relação aos modos de operação e seleção de mercados estrangeiros. Enquanto Buckley *et al.* (2007) e Kim *et al.* (2020) apontam correlações positivas entre processos de internacionalização de multinacionais chinesas e mercados com proximidade geográfica e cultural, Xu (2019) descreve a transição de companhias privadas, como a Midea Group e a Geely, que gradualmente construíram estratégias de expansão global.

O paradigma eclético e a escola de Uppsala contribuem para a compreensão dos percursos da internacionalização econômica e financeira da China, na medida em que oferecem instrumentos para analisar tanto o seu processo incremental de aprendizado e de expansão como os seus determinantes econômicos. Entende-se, porém, que há limites e contingências atreladas à aplicação destas teorias para o caso chinês, sendo possível complementá-las com outras perspectivas e arcabouços teóricos.

2.1 O paradigma inaugural da EPI e a perspectiva da geoeconomia

As teorias de internacionalização, e o *paradigma eclético* e a escola de Uppsala em particular, não são suficientemente capazes de elucidar aspectos que, para os propósitos deste trabalho, se mostraram essenciais.

Além de não se preocuparem em analisar, ao menos diretamente, as implicações derivadas dos fluxos de investimento estrangeiro nos países hospedeiros, as correntes mencionadas acabam por ofuscar a natureza distinta dos processos de internacionalização das multinacionais de países emergentes, baseando-se quase que exclusivamente em fatores econômicos e em experiências ocidentais (Cahen, 2015; Santos e Milan, 2014).

Igwe, Rugara e Rahman (2022) recordam que firmas dos países emergentes tendem a ser menos competitivas em comparação com as companhias dos países desenvolvidos, em parte por conta de desvantagens decorrentes de fragilidades institucionais. A busca pela internacionalização se caracterizaria mais como um caminho para superação dessas desvantagens do que como uma forma de explorar vantagens competitivas, aspecto que acaba por ser ignorado nas teorias tradicionais.

O caso chinês ainda traz outras particularidades. Lyles, Li e Yan (2014) argumentam que as firmas chinesas, enquanto retardatárias na competição internacional (*latecomers*), promoveram processos de internacionalização acelerados, tornando modelos tradicionais de “ritmo lento” inapropriados. A “maneira chinesa” de internacionalização carregaria um componente experimental mais acentuado, permitindo o preenchimento de lacunas em termos de experiência direta de expansão internacional e a superação de desvantagens (Lyles, Li e Yan, 2014).

Além disso, deve-se ressaltar que o processo de extroversão global dos investimentos chineses em grande medida decorreu de processos institucionais amplamente coordenados e conduzidos pelo Estado, enquanto agente responsável por orientar, auxiliar e encorajar a internacionalização de empresas por meio de uma série de regimentos, diretrizes e incentivos (Sauvant e Chen, 2014).

A despeito do elevado número de empresas chinesas privadas em mercados no exterior, as empresas estatais do governo central (SOEs) exercem um papel de preponderância na estratégia Going Global e se apresentam como os principais veículos de internacionalização, sobretudo em setores considerados estratégicos pelo governo. Na América Latina, por exemplo, as estatais foram responsáveis por 78% do montante de investimentos chineses entre 2005 e 2020, com presença destacada nos setores de energia e mineração (Ungaretti *et al.*, 2022).

As teorias no campo de negócios internacionais focalizam motivos para a internacionalização com base em eficiência, apresentando dificuldades em captar plenamente as dinâmicas de internacionalização de empresas estatais. As razões para essa insuficiência incluem a menor aversão ao risco de SOEs, a potencial presença de finalidades políticas na seleção de mercados para internacionalização e a existência de objetivos que não se resumem à lógica da lucratividade (Cahen, 2015).

Considerando as lacunas das teorias tradicionais e as características do caso chinês, Santos e Milan (2014) sugerem o alargamento do paradigma eclético de Dunning, de forma a incorporar-se outro determinante, denominado “ampliação do poder nacional”. Dessa forma, tornar-se-ia possível debater o papel central das SOEs e a lógica distinta dos investimentos chineses.

Segundo os autores, a busca pelo poder nacional pode compreender

a conveniência da realização de investimentos, sendo o Estado o investidor, a partir do interesse nacional que pode ser refletido em objetivos geopolíticos, compostos por propósitos militares, políticos e culturais, pelo exercício de poder por meio da indução de comportamentos ou mesmo por propósitos econômicos. Entretanto, difere do interesse econômico dos investidores privados pelo fato de refletir o interesse de um Estado nacional (Santos e Milan, 2014, p. 478).

A proposta de Santos e Milan (2014), que acrescenta motivações extraeconômicas como parte dos determinantes dos investimentos chineses, pode inclusive ser incorporada para análises de processos de internacionalização de multinacionais de outros países, não sendo necessariamente restrita ao caso chinês. Na verdade, a intersecção entre política e economia, ou poder e riqueza, reflete problemáticas que se situam na gênese dos estudos que inauguraram o campo da EPI.

Padula (2017) enfatiza que as reflexões iniciais neste campo tinham como objetivo compreender como os Estados, diante da competição interestatal, deveriam atuar para buscar o acúmulo de poder e riqueza, elevar sua independência política internacional, reduzir sua dependência/vulnerabilidade externa e militar, promover sua segurança e desenvolvimento e superar seu atraso frente a (Estados) concorrentes.

Nesta forma de olhar, “poder e riqueza, economia e política, são relacionais e assimétricos entre Estados, e ao mesmo tempo pensados de forma indissociável e sinérgica” (Padula, 2017, p. 3). Strange (1994) igualmente defende a inseparabilidade das esferas da economia e da política, argumentando que é impossível um Estado deter poder político sem dispor do poder de comprar, comandar a produção e até mobilizar o poder econômico.

De forma inversa, seria inviável deter poder econômico sem a sanção da autoridade política e sem segurança física e jurídica. O conceito de poder estrutural estipulado por Strange (1994) contempla a capacidade dos Estados de controlar não somente a sua segurança, mas também a produção, o crédito e o sistema de conhecimentos, crenças e ideias.

Gilpin (1987) pontuou que os Estados perseguem basicamente três objetivos centrais, a saber: a expansão territorial como forma de atingir objetivos econômicos e de segurança; a elevação de sua influência sobre o comportamento de outros Estados; e a capacidade de controlar, ou ao menos influenciar, a economia mundial e as dinâmicas da divisão internacional do trabalho.

As contribuições de Fiori (2010) são igualmente sugestivas. O autor argumenta que os “Estados-economias nacionais” lutam entre si para elevar a riqueza nacional, ocupar posições monopolísticas e obter “lucros extraordinários”. Nesta visão, não há possibilidade de algum Estado nacional se transformar em potência sem dispor de uma economia dinâmica e de uma articulação entre projetos extraterritoriais expansivos e blocos de capitais nacionais, públicos ou privados (Fiori, 2010).

Beeson (2018) argumenta que a ascensão da China tornou mais evidente essas contribuições do campo da EPI, dado que o poder e a influência dos governos nacionais são também determinados por mudanças relativas ao equilíbrio do poder econômico, sendo tão relevantes quanto fatores estratégicos mais tradicionais.

Reconhecendo-se essa inter-relação, seria possível argumentar que os investimentos chineses possibilitaram não somente a obtenção de recursos, mercados e tecnologias, mas também a ocupação de posições vantajosas no “tabuleiro do jogo internacional de poder” (Santos e Milan, 2014, p. 471). Ao mesmo tempo, é possível interpretar que a BRI constitui o projeto extraterritorial chinês por excelência, na medida em que permite ao país exercer influência sobre a divisão internacional do trabalho, elevar a riqueza nacional por meio de sua presença em territórios econômicos supranacionais e fortalecer os atributos de seu poder estrutural.

Considerando essas discussões, as contribuições da geoeconomia aparentam oferecer instrumentos teóricos relevantes, uma vez que apontam a possibilidade de os Estados se utilizarem de instrumentos econômicos para exercer influência e atingir finalidades geopolíticas (Blackwill e Harris, 2016). Para Farrell e Newman (2019), a globalização estabeleceu laços e oportunidades econômicas transfronteiriças que proporcionam aos Estados a possibilidade de explorar esses vínculos para fins estratégicos mais amplos.

De acordo com Blackwill e Harris (2016), os instrumentos econômicos empregados pelos Estados são diversos e abrangem políticas comerciais e de investimento, sanções econômicas e financeiras, ciberataques, subsídios econômicos, políticas financeiras e monetárias, energia e *commodities*. Essas ferramentas permitem que Estados busquem promover interesses nacionais, estabelecer áreas de influência, impossibilitar caminhos autônomos e independentes para outros países e incorporar ações econômicas e realidades maiores ao poder estatal (Blackwill e Harris, 2016; Rodrigues, 2021).

Os mesmos autores argumentam que a China aproveita sua capacidade de coordenar o investimento estrangeiro para perseguir objetivos estratégicos no plano internacional.¹⁰ Entre estatais como veículos para uso de reservas internacionais, fundos soberanos, bancos públicos e agências governamentais, Pequim “controla não somente uma vasta soma [de capital], mas também uma série de mecanismos para canalizar esses investimentos” (Blackwill e Harris, 2016, p. 148).

Dessa forma, a China se utiliza de suas capacidades econômicas para uma série de finalidades estratégicas, como construção de cadeias seguras de suprimento de petróleo, estímulo às exportações de bens, serviços e tecnologias, aplicação de reservas internacionais para uso estratégico, expansão internacional do renminbi chinês (RMB), ou obtenção de benefícios a partir da concessão de empréstimos a governos estrangeiros (Gallagher, 2016).

O entendimento acerca das sinergias entre as lógicas de acumulação de poder e riqueza (Arrighi, 1996) não implica corroborar visões alarmistas acerca da projeção geoeconômica da China, em particular na América Latina. Isto é, reconhecer a existência de interesses estratégicos não significa reforçar concepções alinhadas às visões de segurança hemisférica irradiadas a partir dos Estados Unidos, que tendem a enfatizar a possibilidade de uso dual de projetos chineses de conectividade e a aplicação de supostas práticas que se disseminaram sob a alcunha de “armadilha da dívida” (Ellis, 2021).

2.2 A geoeconomia híbrida e as implicações e possibilidades para o Brasil

A fim de serem mais bem compreendidas as possíveis implicações da projeção geoeconômica da China, as contribuições de Rodrigues (2021) apresentam importantes ferramentas conceituais. Para o autor, a participação mais ativa da China nas dinâmicas

10. O reconhecimento da existência de coordenação estatal não significa considerar o Estado chinês enquanto uma entidade rígida e monolítica, havendo disputas e concorrências em diferentes níveis, seja entre ministérios e agências governamentais, pelo papel de elaboração de políticas, ou entre empresas, por benefícios e vantagens. Ver, por exemplo, Ye (2019).

regionais sul-americanas apresenta *dualidade* que implica simultaneamente benefícios e malefícios.

Rodrigues (2021, p. 5) defende a hipótese de instauração de uma geoeconomia híbrida, que

consiste na utilização de instrumentos econômicos a partir de uma dualidade multiforme, contraditória e assimétrica que, quando empregados em determinados países ou regiões, apresentam tanto vantagens quanto desvantagens. É um processo de atuação econômica com finalidades geopolíticas, realizado pela junção de elementos que trazem consigo tanto o desenvolvimento quanto a dependência, o progresso e o atraso, o bônus e o ônus, caracterizando-se, expressando-se ou manifestando-se pela composição de elementos díspares, ambíguos e em diversas modalidades político-econômicas.

Sob este ponto de vista conceitual, fica claro que a presença da China na América do Sul, e no Brasil em particular, é fonte de oportunidades e desafios.

No continente, os desafios impostos são diversos e englobam aspectos como desindustrialização, reprimarização, relativização do setor de serviços, saturação de mercados, desequilíbrios comerciais e produtivos, perda de competitividade em setores industrializados, baixos investimentos em ciência e tecnologia, entre outros (Pecequilo, 2013).

Por seu turno, as relações com a China implicaram, ao longo das duas últimas décadas, a elevação de indicadores econômicos nacionais, sobretudo por meio de superávits comerciais, investimentos e financiamentos em áreas deficitárias e acordos de natureza multilateral (Rodrigues, 2021).

Pautasso *et al.* (2020) argumentam que a China se habilita a preencher lacunas que constituem vulnerabilidades históricas para o desenvolvimento da América Latina, em especial a insuficiência de investimentos em infraestrutura.

No Brasil, a ascensão comercial da China favoreceu o acúmulo de reservas e permitiu a flexibilização da política econômica, embora também tenha implicado efeitos negativos sobre o comércio regional e suscitado receios acerca da primarização da pauta exportadora e a perda de competitividade industrial.

Com relação aos investimentos, também houve potencialidades e limitações. De um lado, a China contribuiu para promover inversões e projetos de conectividade que acarretaram o aumento da competitividade do setor exportador, a redução de gargalos logísticos e a internalização de novas tecnologias. De outro, os investimentos não implicaram ampliação, diversificação e complexificação de estruturas produtivas, componentes essenciais ao desenvolvimento (Hausmann *et al.*, 2014).

Então, é importante reconhecer adequadamente a presença geoeconômica chinesa. Trata-se sobretudo de uma oportunidade, já que a resposta de cada país (ou conjunto de países) é um ponto central para o desenvolvimento de suas economias (Rodrigues, 2021, p. 18). Para Pecequilo (2013), haveria elementos de cooperação e competição.

Por um lado, reconhece-se que a *geoeconomia híbrida*, em certa medida, contesta o discurso de cooperação Sul-Sul e a obtenção de benefícios mútuos proferido por Pequim, já que sublinha as assimetrias existentes. Por outro lado, é válido frisar que a China não impõe condicionalidades ideológicas, em linha com os postulados históricos de sua diplomacia, propiciando ainda alternativas às estruturas hierárquicas da ordem liberal internacional para os países situados no Sul Global.

Diversos estudos assinalam então que a China oferece, em suas práticas de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), um complemento e um desafio à lógica de “doador” e “receptor” que predomina nas dinâmicas de assistência oficial ao desenvolvimento (*official development assistance* – ODA, em inglês) de natureza Norte-Sul, ampliando os instrumentos financeiros de assistência e enfatizando uma relação horizontal e de benefícios mútuos, sob a qual se privilegiam as noções de “parceiro” e de “reciprocidade” (Chaturvedi, 2012; Lin e Wang, 2017; Liu, Xu e Fan, 2020; Vadell, 2018).

Nesse cenário, a China, a despeito das assimetrias e dos efeitos contraditórios decorrentes de sua ascensão, não somente oferece alternativas de inserção internacional frente às restrições sistêmicas e estruturais do ordenamento global, mas também permite a construção de arranjos de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento (CSSD) em distintas esferas, com destaque para o financiamento de infraestruturas.

A reversão dos desafios depende fundamentalmente da elaboração de estratégias domésticas para reduzir as assimetrias e estabelecer as bases para uma interação que mais se assemelham à Cooperação Sul-Sul (CSS) do que às relações Norte-Sul, ou centro-periferia. Nesse sentido, cabe ao Brasil construir estratégias de longo prazo para o relacionamento com a China, de modo a aproveitar as oportunidades da ascensão do país asiático à condição de potência financeira e tecnológica e promover sinergias em agendas estruturantes e centrais para o desenvolvimento nacional, em particular tecnologia, infraestrutura e finanças, além da sustentabilidade enquanto imperativo transversal (Rosito, 2020).

Sob uma perspectiva de relação estratégica, o engajamento com a China pode contribuir para diversificar e agregar valor às exportações, qualificar os investimentos em setores com potencial de transformação estrutural, reduzir vulnerabilidades históricas no setor de infraestrutura, internalizar e aceder novas tecnologias e promover acordos de cooperação técnica.

No decorrer das próximas seções, pretende-se apresentar as perspectivas das relações sino-brasileiras em uma série de dimensões, contemplando suas dinâmicas. Em todas elas, buscar-se-á identificar potencialidades e limitações no que tange à promoção do desenvolvimento no longo prazo.

3 A DIPLOMACIA COMERCIAL NAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

As relações sino-brasileiras evoluíram significativamente desde o seu reestabelecimento, em 1974, refletindo as trajetórias de desenvolvimento e de inserção internacional de ambos os países, bem como a partilha de princípios centrais em suas políticas externas (Oliveira, 2010). Em 1993, os governos brasileiro e chinês cancelaram o termo “parceria estratégica”¹¹ para classificar as relações bilaterais, com perspectivas de cooperação técnica, e cujo resultado mais impactante seria o desenvolvimento do Programa de Construção de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS).¹²

Segundo Becard (2011), a primeira década do século XXI se caracterizou pela “maturação” das relações (2003-2011), pela criação de espaços institucionalizados de concertação, e por convergências em temas da agenda global. Além das complementaridades comerciais – descritas na sequência –, a parceria estratégica foi reforçada por meio de esforços orientados para forjar canais de cooperação, tanto em nível bilateral quanto multilateral (Oliveira, 2010).

Na esfera bilateral, a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), em 2006, foi seguida pelo Plano de Ação Conjunta (2010-2014) e o Planos Decenais de Cooperação (2012-2021). Por fim, o relacionamento bilateral ascendeu à condição de “Parceria Estratégica Global”, em 2012.¹³

11. Para Oliveira (2010), a parceria estratégica, ao menos inicialmente, concentrou-se em dois campos de atuação: um, no plano político, associado às estratégias de formação de alianças em fóruns multilaterais; outro, focado na cooperação científico-tecnológica bilateral, com vistas a romper o monopólio dos países desenvolvidos.

12. O programa CBERS representou o maior projeto de cooperação entre Brasil e China, permitindo o uso de imagens adquiridas por satélites e a obtenção de conhecimentos na área de sensoriamento remoto a baixo custo (Becard, 2011).

13. Para consultar os acordos mencionados e os conteúdos das reuniões do Cosban e de suas subcomissões, recomenda-se a leitura do trabalho de Lima (2016).

No âmbito multilateral, Pequim e Brasília atuaram de maneira coordenada para reformar as instituições de governança econômica internacional, em especial o Fundo Monetário Internacional (FMI), ao mesmo tempo que defenderam o G20 como espaço prioritário de deliberação acerca da agenda macroeconômica internacional.

Nesse cenário, o país asiático tornou-se peça central nas parcerias estabelecidas pela diplomacia brasileira, interessada em estreitar os laços de natureza Sul-Sul e elevar a autonomia do país (Silva, 2015; Vigevani e Cepaluni, 2007). A mais relevante destas alianças é o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), cujo agrupamento se notabilizou em 2014 pela criação do NBD.

Para Sousa *et al.* (2020), apesar de aparentes desentendimentos observados recentemente, os laços sino-brasileiros mantiveram-se ativos. De um lado, a cooperação via BRICS permaneceu, incrementada pela atuação do NBD. De outro lado, os governos estaduais, juntamente com conselhos e câmaras de comércio – como o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) –, contribuíram para a manutenção do diálogo político com a China. Os intercâmbios comerciais, conforme será abordado, igualmente se mantiveram ativos.

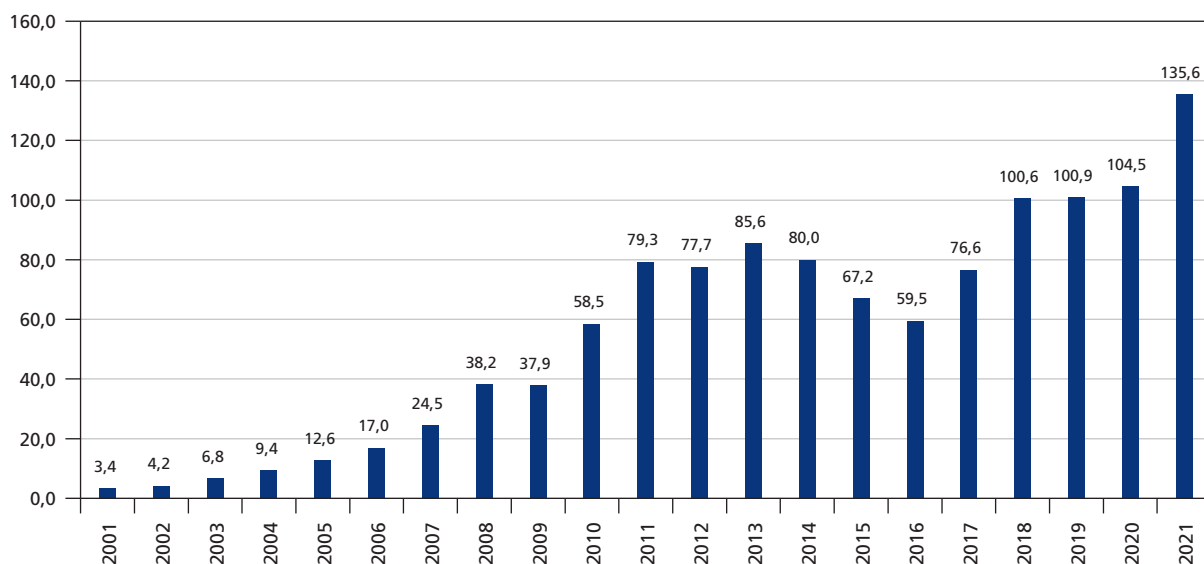
3.1 A dimensão comercial das relações sino-brasileiras no século XXI

As relações comerciais entre Brasil e China se incrementaram ainda durante a década de 1990, na esteira do estabelecimento da parceria estratégica entre os dois países. No entanto, novas tendências e perspectivas se consolidaram, no transcorrer do século XXI, considerando, entre outros fatores, a expansão produtiva internacional no Leste Asiático e as redefinições na inserção internacional de ambos os países (Becard, 2011).

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, catalisaria sua participação no comércio internacional e contribuiria para o incremento das trocas com os países da América Latina e Caribe (ALC). Ademais, a industrialização e urbanização aceleradas, intensivas em matérias-primas energéticas, minerais e alimentares, tornaram o país forte demandante global e geraram o *boom* das *commodities*, impulsionando fortemente a corrente de comércio sino-brasileira (gráfico 1), conforme Medeiros e Cintra (2015).

GRÁFICO 1**Corrente de comércio Brasil-China (2001-2021)**

(Em US\$ 1 bilhão)



Fonte: United Nations Comtrade (UN Comtrade). Disponível em: <https://dit-trade-vis.azurewebsites.net/?reporter=826&type=C&year=2021&flow=2&commodity>. Acesso em: 7 abr. 2022.

Elaboração dos autores.

O comércio saltou de US\$ 3,4 bilhões, em 2001, para quase US\$ 80,0 bilhões, em 2011, perfazendo variação média anual de 38%. No mesmo período, as exportações brasileiras cresceram de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 44,3 bilhões. A corrente bilateral de comércio, em 2021, superou a marca dos US\$ 135 bilhões, representando um crescimento de 32,2% em relação ao ano anterior.¹⁴

A China se tornou, desde 2009, o principal parceiro comercial brasileiro, tendo deslocado parcerias tradicionais, como os Estados Unidos, o Japão e a União Europeia (UE), sobretudo em relação às suas participações no cômputo geral das importações brasileiras (tabela 3).

14. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 13 jan. 2022.

TABELA 3**Participação nas importações brasileiras, países selecionados (2001-2021)**

(Em %)

Ano	China	Estados Unidos	Argentina	Japão	UE
2001	2,27	22,14	10,68	5,27	24,37
2002	2,56	17,06	7,88	3,89	20,14
2003	2,94	13,14	6,42	3,45	16,24
2004	3,89	11,92	5,85	3,01	15,34
2005	4,49	10,66	5,26	2,87	14,17
2006	5,79	10,58	5,85	2,78	13,62
2007	7,88	11,70	6,51	2,88	15,46
2008	10,23	13,08	6,77	3,47	17,18
2009	10,47	13,19	7,43	3,53	17,66
2010	12,77	13,49	7,20	3,48	17,96
2011	12,92	13,39	6,66	3,10	16,98
2012	14,27	13,54	6,85	3,22	18,42
2013	16,05	15,49	7,08	3,04	20,27
2014	16,90	15,85	6,40	2,67	19,67
2015	16,44	14,18	5,50	2,57	18,11
2016	13,00	13,26	5,06	1,98	16,03
2017	12,82	12,93	4,39	1,89	14,82
2018	15,16	14,16	4,80	2,09	15,37
2019	16,29	15,72	4,82	2,14	15,80
2020	16,62	13,32	3,77	2,00	14,49
2021	16,97	14,02	4,25	1,83	13,62

Fonte: Comex Stat. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 13 jan. 2022.
Elaboração dos autores.

A participação chinesa nas importações brasileiras cresceu expressivamente desde 2001, de 2,2%, para quase 17,0%, em 2021. Tal dinamismo se deu, sobretudo, no período pós-crise financeira, contexto em que as participações das demais origens atravessaram períodos de oscilação.

Os Estados Unidos, entretanto, mantiveram relações comerciais estáveis com o Brasil (14%, em 2021). Em relação à UE, observou-se queda (de 20,27%, em 2013, para 13,62%, em 2021). De forma similar, as participações de Japão e Argentina declinaram.

A ascensão da China afetou, portanto, o preço internacional das *commodities*, implicando efeitos positivos para a economia brasileira, dinamizando a produção, reduzindo restrições externas e contribuindo para o acúmulo sustentado de reservas internacionais. Com exceção do triênio 2006-2008, o país vem registrando saldos comerciais positivos (tabela 4).

TABELA 4**Exportações, importações e saldo comercial do Brasil com a China (2001-2021)**

(Em US\$ 1 bilhão)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
2001	1,9	1,5	0,4
2002	2,5	1,7	0,8
2003	4,5	2,3	2,2
2004	5,4	4,0	1,4
2005	6,8	5,8	1,0
2006	8,4	8,6	-0,2
2007	10,8	13,7	-2,9
2008	16,5	21,7	-5,2
2009	21,0	16,9	4,1
2010	30,7	27,8	2,9
2011	44,3	35,0	9,3
2012	41,2	36,5	4,7
2013	46,0	39,6	6,4
2014	40,6	39,4	1,2
2015	35,2	32,0	3,2
2016	35,1	24,4	10,7
2017	47,5	29,1	18,4
2018	63,9	36,7	27,2
2019	63,4	37,5	25,9
2020	67,8	36,7	31,1
2021	87,9	47,7	40,2

Fontes: UN Comtrade (disponível em: <https://dit-trade-vis.azurewebsites.net/?reporter=826&type=C&year=2021&flow=2&commodity>; acesso em: 7 abr. 2022); e Comex Stat (disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>; acesso em: 13 jan. 2022).

Elaboração dos autores.

TEXTO para DISCUSSÃO

A tendência de elevados superávits comerciais, identificados a partir de 2011, se aprofundou no decorrer da última década. Em 2021, a China foi destino de 31% das exportações brasileiras, sendo responsável por 65% do superávit comercial do país.¹⁵

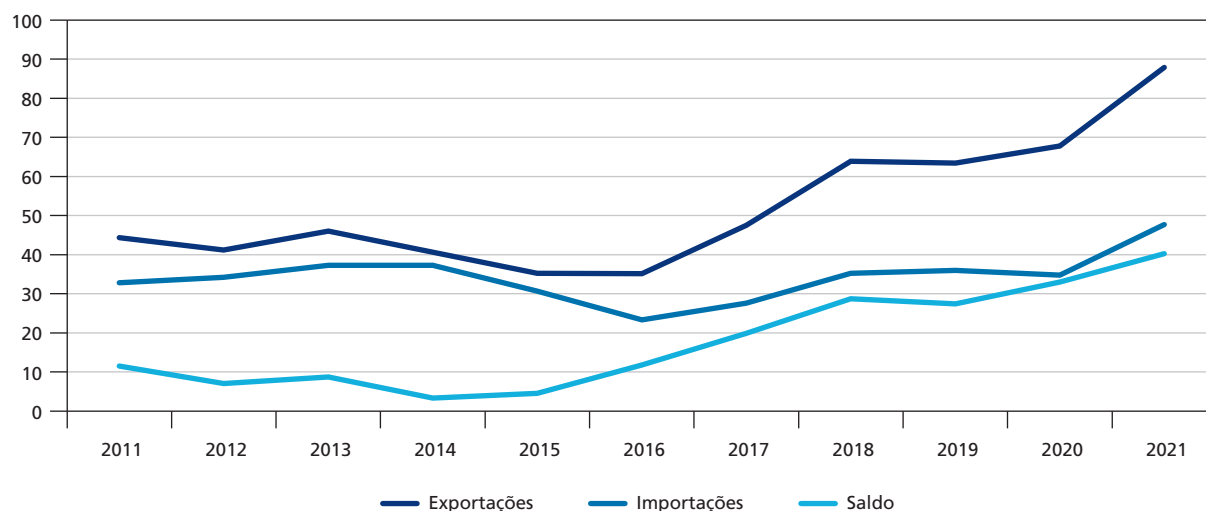
Entre 2013 e 2016, vale mencionar, os intercâmbios comerciais atravessaram um período de relativo declínio. O arrefecimento dos preços das *commodities* desfavoreceu o Brasil. Em 2017, a guerra comercial entre China e Estados Unidos voltaria a impulsionar as exportações de soja, sobretudo. O apetite chinês permaneceu elevado e a recuperação na cotação internacional de matérias-primas exportadas pelo Brasil contribuiu para novos superávits comerciais nacionais.

Do lado das importações, a crise econômica brasileira implicou desvalorização da moeda nacional, acarretando redução na demanda por produtos importados, inclusive da China.¹⁶ A recuperação se deu gradativamente, e as importações com origem na China atingiram o recorde de US\$ 47,7 bilhões em 2021. O gráfico 2 ilustra as oscilações mencionadas e evidencia a retomada comercial a partir de 2017.

GRÁFICO 2

Comércio bilateral Brasil-China (2011-2021)

(Em US\$ 1 bilhão)



Fonte: Comex Stat. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 13 jan. 2022. Elaboração dos autores.

15. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 13 jan. 2022.

16. Em 2016, as importações brasileiras apresentaram queda de 19,5% na comparação com o ano de 2015 (US\$ 173,1 bilhões, em 2015, para US\$ 139,3 bilhões, em 2016).

Nos últimos anos, portanto, o comércio sino-brasileiro recebeu novo impulso. Os supostos atritos na arena diplomática não impediram o crescimento do comércio bilateral. Entretanto, é importante salientar que Pequim vem tomando iniciativas para estimular a produção de soja em outras localidades, a fim de diversificar seus fornecedores. A ideia de “autossuficiência”¹⁷ manifestada no último Plano Quinquenal¹⁸ se aplica não somente a cadeias de produção tecnologicamente sofisticadas, como semicondutores, mas a estratégias empregadas para garantir a segurança alimentar do país no longo prazo.

O Brasil, vale lembrar, permanece o mais importante fornecedor de soja e outros produtos agrícolas para o mercado chinês.¹⁹ Por isso, a dependência das exportações brasileiras, em particular do agronegócio,²⁰ suscita também, no nosso país, uma série de questionamentos em termos de assimetrias e desequilíbrios nas relações de comércio. O primeiro deles se vincula à concentração da pauta exportadora brasileira em poucos produtos, conforme ilustrado na tabela 5.

TABELA 5
Principais produtos de exportação do Brasil para a China (2017-2021)

Ano	2017		2018		2019		2020		2021	
Produto	US\$ 1 bilhão	%	US\$ 1 bilhão	%	US\$ 1 bilhão	%	US\$ 1 bilhão	%	US\$ 1 bilhão	%
Soja	20,30	43	27,20	43	20,50	32	20,90	31	27,20	31
Minério de ferro	10,40	22	10,90	17	13,50	21	18,50	27	28,80	33
Petróleo cru	7,40	16	14,40	23	15,50	24	11,30	17	14,30	16
Carne bovina	0,90	2	1,49	2	2,70	4	4,00	6	3,90	4
Celulose	2,60	5	3,50	5	3,30	5	2,90	4	2,80	3
Outros	5,90	12	6,41	10	7,90	12	10,20	15	10,90	12
Total	47,50	100	63,90	100	63,40	100	67,80	100	87,90	100

Fonte: Comex Stat. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 13 jan. 2022. Elaboração dos autores.

17. *China's Quest for Self-Reliance in the Fourteenth Five-Year Plan*, Council on Foreign Relations. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/chinas-quest-self-reliance-fourteenth-five-year-plan>.

18. Uma versão traduzida do 14º Plano Quinquenal encontra-se disponível em: <https://cset.georgetown.edu/publication/china-14th-five-year-plan/>.

19. Nonnenberg *et al.* (2021, p. 14) identificam que, entre 2016 e 2018, o Brasil foi responsável por 58% do total das importações chinesas de soja, e mais de 20% em outros bens, como polpa de madeira e carne bovina. Rosito (2020, p. 98) calcula que, entre 2015 e 2019, a média da participação brasileira nas importações chinesas de soja foi de 57,6%, com um pico de 75,7% em 2018.

20. Segundo Rosito (2020, p. 24), as exportações do agronegócio brasileiro para a China cresceram de forma significativa entre 2015 e 2020, passando de 24,1% para 38,0% durante o período.

No caso do minério de ferro, destaca-se a trajetória ascendente de exportações (US\$ 10,4 bilhões, em 2017, para US\$ 28,8 bilhões, em 2021). O setor de petróleo igualmente apresentou crescimento entre 2017 e 2018, permanecendo estável desde então. Com relação à soja, houve oscilação; a celulose teve desempenho estável, enquanto o setor de proteína animal apresentou-se bastante dinâmico entre 2017 e 2021 (Rosito, 2020).

As importações oriundas da China, por sua vez, englobaram um conjunto diversificado de bens provenientes da indústria de transformação, incluindo equipamentos de telecomunicações, máquinas e aparelhos elétricos, eletroeletrônicos, partes e acessórios de veículos automotivos, entre outros produtos de média e alta sofisticação tecnológica.

Durante o período pós-crise financeira, verificou-se crescimento intenso das importações de manufaturados chineses nos mercados emergentes (Scherer, 2015), que contribuíram para deslocar tanto produtos originários de outros países quanto as manufaturas produzidas localmente (Hiratuka e Sarti, 2016). Com isso, os impactos na economia brasileira foram heterogêneos (Oliveira, 2016).²¹

De toda forma, a literatura enfatiza que o relacionamento comercial da China com a América Latina, incluindo o Brasil, é majoritariamente de natureza interindústria, com poucas conexões associadas às cadeias globais de valor (CGVs). Alguns autores, entretanto, insistem na tese da “primarização” da pauta exportadora como reflexo de uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, resultando em desafios como a desindustrialização e a especialização regressiva da estrutura produtiva (Santos, Camoça e Rodrigues, 2020; Rodrigues, 2021).

O relacionamento do Brasil com a China cristalizaria uma interação de natureza “centro-periferia”, com vulnerabilidades vinculadas às flutuações dos preços internacionais de *commodities* e à própria demanda chinesa. Isto é, mesmo com o saldo comercial positivo, o Brasil apresentaria tendências de deterioração dos termos de troca e de dependência da volatilidade do mercado global, implicando a necessidade de o país exportar um volume maior de seus principais produtos para manter sua capacidade de importação no comércio com a China (Marques e Campos, 2020 p. 398).

Prazeres, Bohl e Zhang (2021) acreditam existir um certo grau de inevitabilidade na especialização (ou primarização) da pauta exportadora. Os autores questionam se países em desenvolvimento, como o Brasil, seriam capazes de diversificar suas

21. As importações chinesas também cumpriram o papel de abastecer a indústria brasileira com insumos baratos, elevando a competitividade, tanto para o próprio mercado interno como para as exportações.

exportações de matérias-primas, considerando o peso da China na demanda global por *commodities*.²²

Ademais, Rosito (2020, p. 89) lembra que um comércio dinâmico, mesmo concentrado, contribuiu para o crescimento e tem sido uma “bonança para os setores específicos e para o balanço comercial do Brasil, sem contar seus impactos indiretos”.

Em síntese, a ascensão da China não pode ser encarada como integrante do rol de fatores que explicam o declínio do setor industrial brasileiro na composição do produto interno bruto (PIB).²³ Para Oliveira (2016, p. 155), a constante perda de competitividade da indústria brasileira constitui um fenômeno preocupante, “mas que não tem origem na presença chinesa, ainda que fortemente ampliado por esta presença crescente”. Então, a China teria apenas intensificado um processo já em curso.

Haffner e Barbosa (2020) enfatizam que a política externa brasileira, especialmente entre 2007 e 2015, buscou atuar no sentido de atenuar o fenômeno e estimular o desenvolvimento industrial, pela via da integração regional ou pela internacionalização de “campeões nacionais”. Tal direcionamento nem sempre foi consenso nacional e sofreu muita resistência de setores mais liberais da sociedade brasileira.

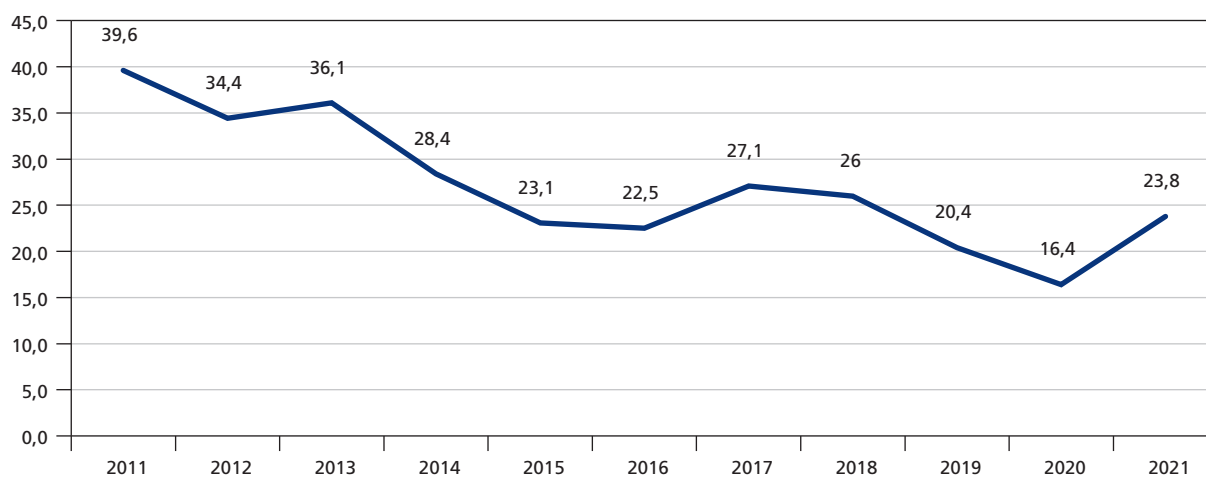
Além dos impactos na produção e no consumo domésticos, a ascensão comercial chinesa também gerou impactos em outros mercados, com riscos para o deslocamento das exportações brasileiras. No cenário sul-americano, a elevação das exportações chinesas reduziu a participação brasileira no comércio intrarregional, sendo a Argentina o caso mais emblemático: a corrente de comércio declinou de forma significativa, conforme sugere o gráfico 3.

22. Em 2019, quase 70% das importações mundiais de minério de ferro e quase 60% das importações de cobre e soja tiveram a China como destino.

23. A participação da indústria brasileira em relação ao PIB declinou de 40,0%, em 1994, para 22,1%, em 2021. Em relação à indústria de transformação, a queda no mesmo período foi de 26,8% para 11,3%. Dados disponíveis em: <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#/industria-total>.

GRÁFICO 3**Comércio Brasil-Argentina (2011-2021)**

(Em US\$ 1 bilhão)



Fonte: Comex Stat. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 13 jan. 2022. Elaboração dos autores.

Os fluxos bilaterais de comércio entre Brasil e Argentina se reduziram quase 50% nos últimos dez anos, enquanto a China ganhava participação nas importações argentinas. Em 2021, as vendas chinesas para o país cresceram mais de 50% e superaram os US\$ 13 bilhões – 21% do total (Indec, 2022).

Segundo Barros *et al.* (2021), a crescente presença da China coloca novos desafios para o Brasil e exige a criação de mecanismos para reforçar a integração e o comércio intrarregional, à medida que seu conteúdo envolve indústrias mais intensivas em emprego e valor agregado e permite maiores possibilidades de internacionalização de empresas brasileiras.

De maneira geral, os impactos da projeção geoeconômica da China na esfera do comércio se revelaram heterogêneos, expressando características de competição e complementaridade. Nesse contexto, o papel da política externa, seja no fomento à integração ou na criação de uma moldura de cooperação, mostra-se fundamental para reduzir riscos da concentração da pauta e abrir caminho para a diversificação (Barros *et al.*, 2021; Rosito, 2020).

No entanto, a agenda de inserção internacional do Brasil, nos últimos anos, não priorizou o relacionamento com a China, tampouco foi efetiva em promover a integração na

América do Sul, sobretudo na esfera do Mercosul.²⁴ Destarte, aprofundou-se a tendência de especialização produtiva e dependência em relação ao mercado chinês para escoamento da produção de *commodities*, com riscos e desafios no médio e no longo prazos.

Rosito (2020, p. 91) assevera que, para a reversão desse cenário, é imperativo ao Brasil estabelecer políticas e iniciativas de promoção comercial “que possa ser monitorada e que represente a articulação dos setores produtivos com os órgãos de fomento e os reguladores brasileiros”. Com efeito, segundo o autor, seria possível atingir avanços em termos de moldura institucional na área regulatória, promoção das exportações e agregação de valor, bem como serem construídos entendimentos mútuos que atenuassem as incertezas e reconhecessem a parceria estratégica calcada na segurança alimentar (*op. cit.*, p. 100).

O estabelecimento de políticas comerciais e de melhorias institucionais e regulatórias, bem como a execução de programas e iniciativas voltadas à agregação de valor às exportações e à diversificação da pauta exportadora, parece ser de fundamental importância. Do mesmo modo, pode-se mencionar o equacionamento de desafios impostos em terceiros mercados, por meio de uma política externa que priorize uma inserção econômica internacional ativa e que inclua a promoção da integração sul-americana.

Por fim, ressalva-se que os desafios e os obstáculos à competitividade global do setor industrial brasileiro envolvem aspectos mais amplos, que abrangem discussões que necessitaram ser endereçadas em futuros estudos, visto ultrapassarem o escopo de análises que compreendem o universo das relações comerciais entre Brasil e China.

4 A CHINA INVESTIDORA: PANORAMA INTERNACIONAL E DESDOBRAMENTOS PARA O BRASIL

O crescimento significativo das relações comerciais com o Brasil aumentou a confiança chinesa para a realização de um relacionamento mais profundo e duradouro com nosso país. Esta percepção, lastreada por oportunidades de grande potencial lucrativo, manifestou-se especialmente na segunda década do século XXI (Cariello, 2021).

24. O estudo de Barros *et al.* (2021) enfatiza que tanto o Mercosul quanto o Brasil e a Argentina perderam a capacidade de construir agendas positivas. Além do fraco desempenho industrial, nota-se uma baixa intensidade da diplomacia presidencial e o declínio da estrutura de fomento à internacionalização de empresas, antes amparada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

4.1 A projeção econômica internacional da China e a BRI

Os fluxos de IED chinês no Brasil adensaram as interações econômicas entre os dois países a partir de 2010. O fenômeno é resultante de uma série de fatores, com destaque para a ampliação da estratégia Going Global no período pós-crise financeira (2009), quando a China assumira um perfil mais assertivo, com objetivo de obter a desejada integração ao ambiente internacional, e passar a moldá-la conforme seus interesses (Yan, 2014).

As motivações para essa mudança são diversas, permeando aspectos como as redefinições no regime de crescimento chinês e o *status* internacional atingido pelo país na arena internacional (Cintra e Pinto, 2017; Vaz-Pinto, 2014). Com isso, a China buscava maior protagonismo no âmbito da governança econômica internacional, especialmente na esfera financeira,²⁵ e a projeção de liderança em diferentes regimes internacionais (comércio, saúde, governança digital, clima etc.).²⁶

A elevação da presença geoeconômica da China, por meio da expansão global de seus investimentos, redes de financiamento e construção de projetos de infraestrutura no exterior, foi marcada pelo avanço da BRI, lançada em 2013. A iniciativa se fundamentara na expansão de inversões em infraestrutura e estruturas produtivas, visando atender a certos objetivos estratégicos mediante a promoção da integração regional na Eurásia e da ascendência chinesa nas cadeias globais de produção, comércio e investimento (Mendonça, Ungaretti e Barbosa, 2021).

Apesar do foco nos continentes asiático, europeu e africano, a ALC foi formalmente incorporada ao escopo da iniciativa em 2018, durante o II Fórum de Cooperação China-Celac.²⁷ No entanto, segundo Baumann *et al.* (2021), o Brasil não necessariamente observou até o momento incentivos para ingressar na BRI, já que o país permanece oferecendo oportunidades de mercado para a internacionalização de grupos empresariais chineses.

Então, ao se reconhecer o destaque do Brasil enquanto um dos principais receptores de IED chinês no mundo e na ALC, é possível entender que a BRI se encontra de algum modo presente em território brasileiro, apesar da não adesão formal do país. Sob uma perspectiva chinesa, os investimentos no Brasil se coadunariam aos pilares que

25. A criação do AIIB é exemplo de protagonismo na arena financeira internacional. O mesmo ocorre com o NBD, conhecido como Banco do BRICS, que também contou com forte apoio chinês em seu processo de criação.

26. Disponível em: <https://www.cfr.org/china-global-governance/>. Acesso em: 2 jun. 2022.

27. Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

estruturam a BRI, nomeadamente coordenação política, livre comércio, conectividade, integração financeira e trocas culturais (NDRC, 2015).

Mesmo sem aderir formalmente, o país constitui ator relevante no marco da iniciativa, pois é a maior economia latino-americana e o mais expressivo receptor de IED chineses na região.

4.2 A evolução do investimento direto chinês no Brasil

Os registros do Banco Central do Brasil (BCB) mostram que o ingresso de capitais chineses permanece se ampliando no Brasil. Suas estatísticas anuais – como o *Relatório de investimento direto* (2021) –, utilizam dois conceitos para mapear a origem do IED: *país do investidor imediato* (país da empresa não residente que investiu diretamente na subsidiária ou filial no Brasil); e *país do controlador final* (residência do investidor que detém o efetivo controle e interesse econômico na empresa investida no Brasil).

O controlador final é identificado a partir da seguinte análise: partindo da empresa receptora de investimento direto no país, percorre-se a cadeia de relações de controle até se encontrar a empresa não residente que não possua controlador. O conceito é nomeado investimento direto no país (IDP).²⁸

A tabela 6 ilustra que a posição da China, considerando-se o conceito “controlador final”,²⁹ vem se elevando desde 2010.

TABELA 6

Posição da China no IED: participação no capital (2010-2020)

Ano	Valor (US\$ 1 milhão)	%	Total de IED no Brasil (US\$ 1 milhão)
2010	7.874	1	587.205
2011	9.269	2	589.592
2012	9.791	2	603.470
2013	11.521	2	550.635
2014	12.219	2	518.116

(Continua)

28. As notas do BCB seguem metodologia internacional consagrada, utilizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo FMI, a partir da qual se diferenciam as categorias de investidor imediato e controlador final.

29. A posição da China sob o conceito de investidor imediato se mostra praticamente irrelevante, ao redor dos US\$ 900 milhões em 2020. O país é sede de empresas que canalizam o IED por meio de países intermediários, sendo preferível o emprego do conceito de controlador final.

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

Ano	Valor (US\$ 1 milhão)	%	Total de IED no Brasil (US\$ 1 milhão)
2015	8.606	2	362.516
2016	13.799	3	480.984
2017	23.421	4	539.916
2018	23.276	5	499.290
2019	28.121	5	623.317
2020	22.640	4	521.305

Fonte: BCB (2023).

Elaboração dos autores.

A participação chinesa saltara de US\$ 7,8 bilhões, em 2011, para US\$ 28,1 bilhões em 2019.³⁰ Em 2020, houve um decréscimo para US\$ 22,6 bilhões, reduzindo a posição da China para cerca de 4% do total e colocando-a na posição de sexta principal origem de IED no país (tabela 6).

Quando comparados a outras fontes, os dados do BCB parecem demonstrar participação ainda tímida de IED chinês. Todavia, a participação empresarial chinesa na economia brasileira chegou a quadruplicar, segundo o próprio BCB.

As estatísticas oficiais do governo brasileiro poderiam, à primeira vista, apresentar panorama frustrante. Embora os esforços do BCB sejam dignos de nota, muitos países, incluindo a China, utilizam a estratégia de usar terceiros países (em alguns casos, paraísos fiscais) para adentrar na economia brasileira. Tais manobras prejudicam a construção de séries históricas nacionais.

Para Cariello (2021, p. 17), apesar de se reconhecer o aprimoramento efetuado pelo BCB, o monitoramento da origem dos investimentos segue sendo um desafio, uma vez que, em certos casos, a real origem dos aportes acaba sendo mascarada por remessas financeiras trianguladas em regiões dotadas de condições fiscais mais vantajosas.

Por isso, optou-se, nesta pesquisa, por não prescindir do papel complementar que fontes não oficiais podem cumprir, em especial pela disponibilidade de detalhes a respeito do perfil da empresa investidora, modalidade de investimento, entre outros aspectos.

Com relação às principais origens de IED no Brasil (tabela 7), os Estados Unidos se sobressaem em relação aos demais, computando cerca de um quarto do IED em 2020,

30. Entre 2010 e 2020, o número de empresas chinesas também cresceu, de 126 para 293.

seguidos pela Espanha e por outros países europeus. A China é a primeira economia asiática a figurar no *ranking*, tendo superado inclusive o Japão.

TABELA 7**Dez principais origens de IDP: distribuição por país do controlador final (2020)**

País	US\$ 1 milhão	%
Estados Unidos	123.853	23,8
Espanha	58.215	11,2
França	32.255	6,2
Bélgica	26.743	5,1
Reino Unido	25.190	4,8
China	22.640	4,3
Países Baixos	19.648	3,8
Japão	19.191	3,7
Alemanha	18.366	3,5
Suíça	16.384	3,1
Outros	158.820	30,5
Total	521.305	100,0

Fonte: BCB (2023).

Elaboração dos autores.

A distribuição do IED chinês no Brasil em 2020, por setor de atividade econômica, concentrou-se em atividades extrativas e no setor de eletricidade e gás,³¹ conforme a tabela 8.

TABELA 8**IED da China no Brasil: distribuição setorial (2020)**

Seção CNAE	US\$ 1 milhão	%
A – Agricultura e pecuária, produção florestal e aquicultura	418	1,8
B – Indústrias extrativas	7.917	35,0
C – Indústrias de transformação	852	3,8
D – Eletricidade e gás	11.003	48,6
F – Construção	189	0,8
G – Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	742	3,3

(Continua)

31. Segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a seção de eletricidade e gás compreende as atividades de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica; de fornecimento de gás e de produção e distribuição de vapor e de água quente por meio de uma rede permanente de linhas, tubulações e dutos (instalações de infraestrutura). Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=atividades>. Acesso em: 30 abr. 2022.

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

Seção CNAE	US\$ 1 milhão	%
H – Transporte, armazenagem e correio	20	0,1
I – Alojamento e alimentação	0	0,0
J – Informação e comunicação	32	0,1
K – Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.089	4,8
L – Atividades imobiliárias	254	1,1
Outros	124	0,5
Total	22.640	100,0

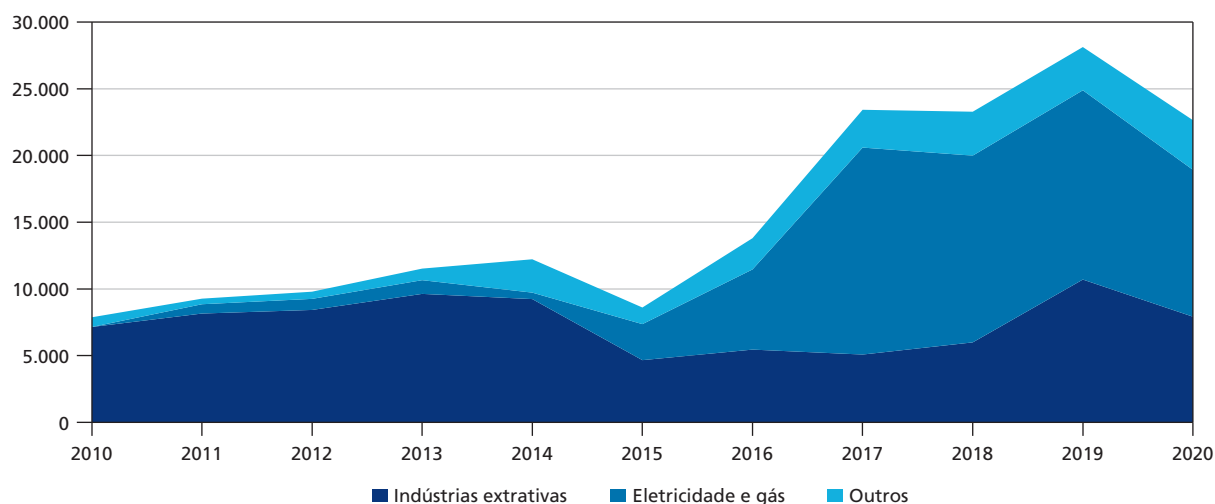
Fonte: BCB (2023).

Elaboração dos autores.

As indústrias extrativas³² e o setor de eletricidade e gás somaram 83,6% do IED da China, em 2020. Outros setores compreendem atividades financeiras, indústrias de transformação, e comércio e reparação de veículos automotores. Segundo o BCB, parece haver uma nítida redefinição do IED da China no Brasil nos últimos anos, com as atividades extrativas perdendo importância relativa frente ao segmento de eletricidade e gás (gráfico 4).

GRÁFICO 4

Indústrias extrativas e setor de eletricidade e gás no IED da China no Brasil (2010-2020)
(Em US\$ 1 milhão)



Fonte: BCB (2023).

Elaboração dos autores.

32. Segundo a CNAE, a seção de indústrias extrativas compreende atividades de extração de minerais em estado natural: sólidos (carvão e outros minérios), líquidos (petróleo cru) e gasosos (gás natural), podendo realizar-se em minas subterrâneas, a céu aberto ou em poços. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=atividades>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Outras bases de dados ajudam a qualificar os investimentos aportados no Brasil. Os relatórios da Camex (2019c) e do CEBC, por exemplo, trazem informações sobre o número de projetos confirmados e os montantes envolvidos.

O *Boletim de investimentos estrangeiros* da Camex (2019) mapeou 175 projetos chineses confirmados entre 2003 e o terceiro trimestre de 2019, correspondendo a cerca de US\$ 80 bilhões em investimentos.³³ O CEBC aponta a existência de 176 empreendimentos confirmados, com aportes que somam US\$ 66 bilhões (Cariello, 2021).

A China Global Investment Tracker (CGIT) identificou 69 investimentos chineses³⁴ no Brasil, totalizando US\$ 63,7 bilhões, entre 2005 e 2021.³⁵ Peters (2021), por sua vez, registrou 143 transações de investimento, entre 2000 e 2020, que somam US\$ 56,1 bilhões.

Em termos setoriais, o estudo do CEBC apresenta informações que elucidam o aumento da presença do IED chinês no setor de eletricidade. Tais aportes já representam cerca de 48% do total acumulado entre 2007 e 2020, o que corresponde a US\$ 31,4 bilhões, segundo cálculos do CEBC (gráfico 5).

O estudo publicado pelo Global Development Policy Center, da Universidade de Boston, traz números similares. Segundo Barbosa (2021), catorze empresas chinesas atuam no setor elétrico brasileiro, com investimentos que somaram cerca de US\$ 36,5 bilhões até 2019. A maior parte desses recursos foram destinados a fusões e aquisições (*brownfield*) – cerca de US\$ 27,6 bilhões, ou 76% do montante investido.³⁶

Segundo a CEPAL (2021), as aquisições chinesas na ALC atravessaram dois momentos distintos, refletindo de forma direta os desdobramentos dos investimentos no Brasil. Entre 2005 e 2014, as aquisições focalizaram principalmente atividades extrativas,

33. E comparação com outros quatro países (Estados Unidos, França, Itália e Japão), os projetos chineses representariam 31% do total, apenas um pouco abaixo dos Estados Unidos, com 32% do total.

34. A base da CGIT não registra investimentos inferiores a US\$ 95 milhões.

35. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

36. Segundo Barbosa (2021), as motivações prováveis para a preferência por investimentos em fusão e aquisição (*brownfield*), em vez de novos investimentos (*greenfield*), se relacionam à concentração inicial dos aportes no setor hidrelétrico, tradicionalmente explorado para a geração de energia, não permitindo desenvolvimento de projetos novos. Adicionalmente, a entrada das empresas por meio desta modalidade de investimento favorece o processo de aprendizagem e reduz riscos de desconhecimento do ambiente regulatório.

TEXTO para DISCUSSÃO

sendo seguidas por inversões no setor elétrico, inicialmente concentradas no Brasil e posteriormente se expandido para outros mercados, como o peruano e o chileno.³⁷

O Brasil, centro gravitacional das inversões chinesas na ALC (Cariello, 2021), retratou e influenciou essa mudança, recebendo investimentos nos setores de petróleo e de mineração, sobretudo entre 2009 e 2011, seguindo-se diversas aquisições no setor elétrico (tabelas 9 e 11).

A tabela 9 detalha as principais aquisições chinesas em atividades extrativas no Brasil desde 2009.

TABELA 9

Principais aquisições chinesas em atividades extrativas no Brasil

(Em US\$ 1 milhão)

Ano	Empresa	Setor	Ativos adquiridos	País vendedor	Montante
2009	Wuhan Iron and Steel	Mineração	MMX Mineração (22%)	Brasil	400
2010	East China Mineral Exploration and Development Bureau (Jiangsu)	Mineração	Bernardo de Mello Itaminas	Brasil	1.200
2010	Sinochem	Petróleo	Campo de Peregrino (40%)	Noruega	3.000
2010	Sinopec	Petróleo	Repsol (40%)	Espanha	7.100
2011	Sinopec	Petróleo	Petrogral Brasil (30%)	Portugal	4.800
2011	China Niobium Investment Holding	Mineração	CBMM (15%)	Brasil	1.950
2016	China Molybdenum Co., Ltd	Mineração	Anglo American	Reino Unido	1.500

Fontes: AEI (disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>; acesso em: 10 mar. 2022); Cariello (2021); CEPAL (2021); e Peters (2021).

Elaboração dos autores.

As petrolíferas chinesas também se envolveram nos sucessivos leilões realizados pelo governo brasileiro, em particular para projetos de exploração e extração no pré-sal.

37. As aquisições chinesas na ALC, entre 2017 e 2021, se concentraram em 70% no setor de eletricidade (Albright, Ray e Liu, 2022).

Por seu turno, no setor elétrico, também predominaram as aquisições, com destaque para State Grid e China Three Gorges (CTG) nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia.³⁸

A State Grid foi pioneira no setor de eletricidade brasileiro, com a aquisição de um conjunto de ativos de transmissão de energia. Em 2010, a empresa acertou a compra de cerca de 3 mil quilômetros de linhas de transmissão, por US\$ 1,72 bilhão, do Consórcio Plena Transmissora. Posteriormente, comprou outros ativos de transmissão, participando ainda dos processos de licitação para construção das duas linhas de transmissão de Belo Monte, ora associada a empresas nacionais, ora de forma independente (Silveira, 2018).³⁹

O principal destaque dos linhões de Belo Monte recai no emprego de um sistema de transmissão em ultra-alta tensão (*ultra-high voltage* – UHV), que permite o transporte de energia a distâncias intercontinentais, com perdas mínimas e redução de impactos ambientais (Silveira, 2018; Proença e Kupfer, 2018). As fases 1 e 2 das linhas de transmissão de Belo Monte inauguraram essa tecnologia no Brasil, tendo sido a primeira vez que a State Grid a aplicou fora do território chinês, o que constituiu um marco emblemático na atuação internacional da empresa (Barbosa, 2021).

Embora o IED chinês apresente características condicionantes que o ligam tanto à busca por recursos (investimentos extrativos), quanto à procura de oportunidades de mercado (inversões no setor elétrico), a afluência de capitais chineses no setor energético revela determinantes extraeconômicos.

De um lado, os investimentos de petrolíferas chinesas em ativos no mercado brasileiro e em campos de exploração e extração no pré-sal contribuem para a segurança energética chinesa, com reflexos sobre as exportações brasileiras de petróleo cru para a China (tabela 5). De outro, os investimentos no setor de eletricidade e gás cumprem o papel de exportar bens e serviços, bem como projetar padrões tecnológicos, com destaque para os sistemas de transmissão da State Grid.

38. As duas empresas foram responsáveis por 74% dos investimentos confirmados no setor de energia elétrica entre 2007 e 2020 (Cariello, 2021, p. 22-23).

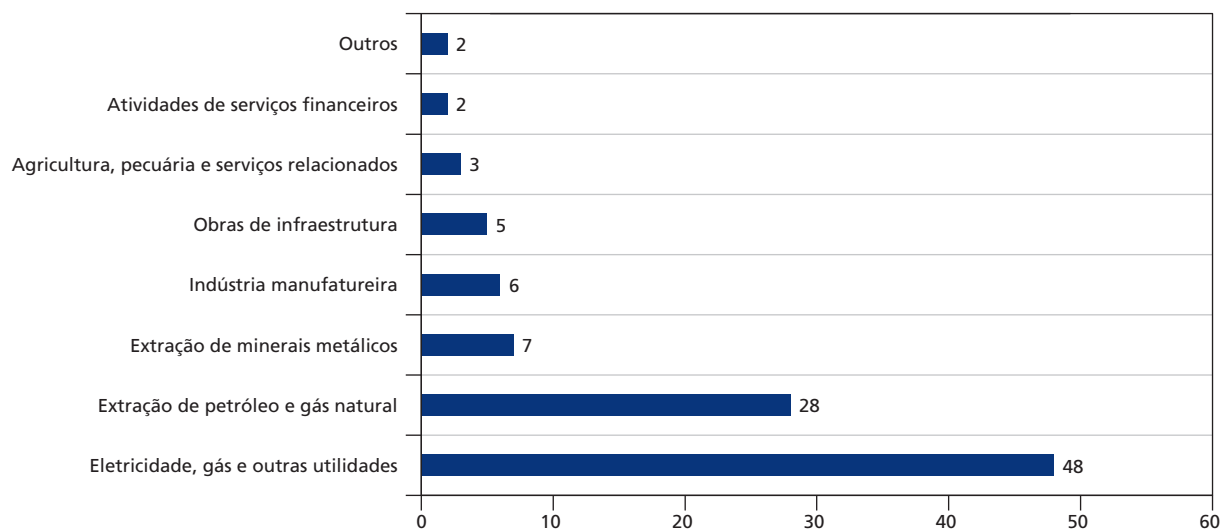
39. Para a construção da primeira linha de transmissão (fase 1), a State Grid se associou com empresas subsidiárias da Eletrobrás (Eletronorte e Furnas), formando o consórcio Integração Elétrica Belo Monte (IE-Belo Monte). No caso da fase 2 das linhas de transmissão, a State Grid venceu o leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e construiu o projeto de forma independente.

Bussili e Jaime (2021) também afirmam que o IED chinês é guiado simultaneamente por lógicas de mercado e por interesses estratégicos.

GRÁFICO 5

Distribuição setorial do IED chinês no Brasil (2007-2020)

(Em %)



Fonte: Cariello (2021).

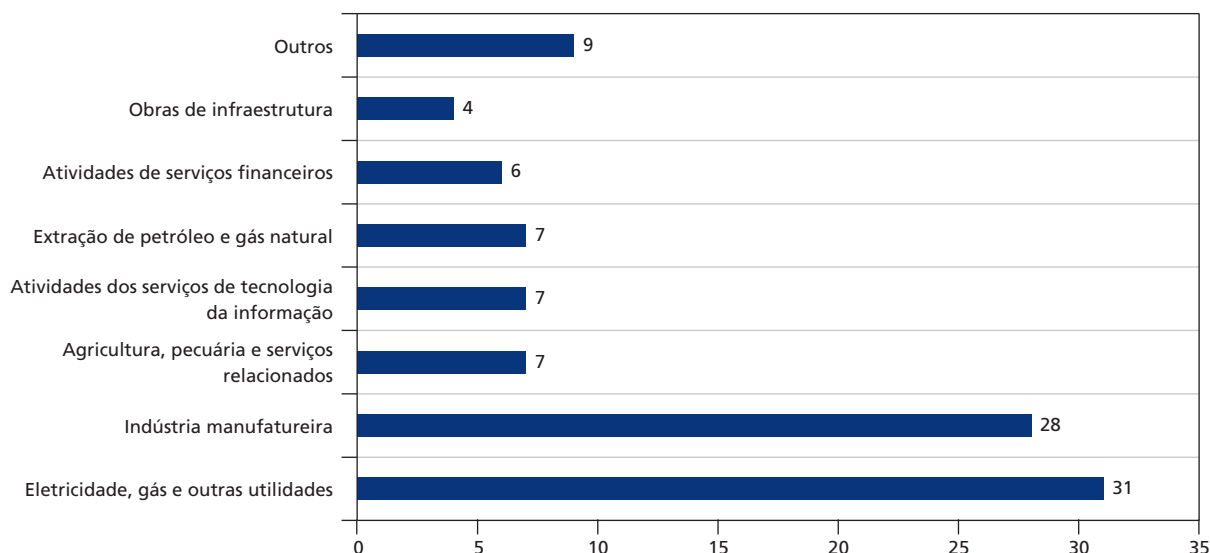
Elaboração dos autores.

Obs.: A metodologia revisada do estudo conduzido por Cariello (2021, p. 67) se caracteriza por investigações próprias do CEBC, baseadas em notícias veiculadas na imprensa, *sites* das empresas, portais governamentais, além de informações fornecidas por representantes de companhias chinesas. Dados de fontes alternativas, incluindo a CGIT, também foram adicionados.

Para além do universo das aquisições, cabe sublinhar que, quando se desconsidera o peso absoluto das aquisições nos setores extrativo e de eletricidade, torna-se possível identificar uma maior diversificação setorial dos investimentos chineses, conforme o gráfico 6.

GRÁFICO 6

Distribuição setorial dos projetos confirmados de IED chinês no Brasil (2007-2020)
(Em %)



Fonte: Cariello (2021).
Elaboração dos autores.

A plataforma FDI Markets também ilustra a distribuição dos investimentos *greenfield* chineses no Brasil, entre 2005 e 2020 (tabela 10).

TABELA 10

Distribuição dos investimentos *greenfield* da China no Brasil (2005-2020)

Setor	Montante (US\$ 1 milhão)	%
Equipamentos de transporte	5.804	33,1
Tecnologias da informação e comunicação e eletrônicos	3.177	18,1
Serviços financeiros	2.669	15,2
Transporte e armazenagem	1.641	9,4
Tecnologias ambientais	1.145	6,5
Construção	754	4,3
Agronegócio	687	3,9
Outros	1.632	9,3
Total	17.509	100,0

Fonte: FDI Markets. Disponível em: <https://app.fdimarkets.com/index.cfm>. Acesso em: 3 abr. 2022.
Elaboração dos autores.

Em síntese, a distribuição setorial dos investimentos chineses tem se consolidado em vários segmentos, embora as aquisições no setor elétrico ainda representem a maioria dos aportes. Sob a perspectiva brasileira, é importante que exista maior diversificação e até incentivos aos aportes de natureza *greenfield*, cujos efeitos nas economias anfitriãs são, em geral, bastante positivos em termos de elevação da capacidade produtiva, disponibilização de novas tecnologias e geração de empregos.

É desejável e relevante, portanto, o estabelecimento de estratégias e molduras institucionais de cooperação com a China, a fim de serem facilitadas parcerias e executadas políticas ativas de atração de investimento, permitindo a promoção de inversões que ultrapassem a lógica das aquisições e que potencializem o avanço de setores vinculados à tecnologia e ao desenvolvimento sustentável.

5 TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, INFRAESTRUTURA, ECONOMIA DIGITAL E SAÚDE: POTENCIALIDADES DO RELACIONAMENTO BILATERAL

Parte dos investimentos chineses aportados no Brasil, nos últimos anos, foram bastante diversificados setorialmente. Além disso, houve foco em setores com potencial de desencadeamento de mudanças estruturais na economia brasileira, a saber: recursos renováveis, infraestrutura, economia digital e saúde.

A construção de estratégias de longo prazo para dar conta das novas dimensões das relações sino-brasileiras tornou-se cada vez mais relevante, sobretudo em um momento em que a agenda do desenvolvimento sustentável se mostra cada vez mais presente.

5.1 A agenda climática e a transição energética: as contribuições da China

As mudanças climáticas tornaram-se um dilema onipresente, devido ao caráter irreversível das consequências acarretadas pelo aumento da temperatura do planeta. Nesse contexto, a China decidiu adotar uma postura proativa e, em vez de simplesmente cumprir consensos ocidentais, preferiu participar da construção do consenso global.

Com a perspectiva de engajar a comunidade internacional na mitigação das mudanças climáticas, foram realizadas conferências internacionais, como a COP21 (Acordo de Paris), de 2015, e a COP26, celebrada em Glasgow em 2021. Em ambas, houve consenso em torno da necessidade do comprometimento com a transição para a utilização de fontes renováveis de energia, como a fotovoltaica e a eólica.

A “transição energética” implica mudança de perfil de uma matriz energética, principalmente em relação à fonte predominante de geração de energia. No contexto atual, se refere à mudança da utilização de combustíveis fósseis para fontes de energia renováveis. Graças à redução dos custos do processamento das energias limpas e à inovação tecnológica, esta conversão tornou-se cada vez mais possível (OECD/IEA e Irena, 2017).

A China apresenta um caso particularmente relevante em termos de transição energética, pois, apesar de manter-se como o principal consumidor de energia e emissor de dióxido de carbono (CO₂) do mundo (um terço das emissões globais), o país tem adotado uma conduta proativa e comprometida com o Acordo de Paris.

Atualmente, lidera o *ranking* global de investimentos em transição energética no mundo, tendo desembolsado quase o dobro dos Estados Unidos e montante superior a cinco vezes o do Japão entre 2016 e 2020 (WEF, 2021). Em outubro de 2021, o país apresentou oficialmente sua meta ambiciosa de atingir a neutralidade de carbono antes de 2060.

O combate à degradação ambiental e suas decorrências socioeconômicas constitui um incentivo central aos investimentos da China em energias renováveis. A poluição do ar, por exemplo, ainda é uma das principais fontes de problemas de saúde e danos econômicos, causando mais de 1 milhão de mortes e custando à economia do país cerca de RMB 267 bilhões por ano (Kao, 2018).

Não obstante, há uma dimensão crucial a ser incorporada na compreensão da expansão dos investimentos chineses em tecnologias para geração de energia a partir de fontes limpas, inclusive no exterior, que é a dos ganhos econômicos associados à transição energética, adquiridos sobretudo pelo posicionamento das empresas chinesas na dianteira desse processo, em escala global.

Companhias e institutos chineses representaram uma parcela significativa do patenteamento mundial de tecnologias de transição energética, incluindo 19% das patentes de energias renováveis, em 2019 (IEA, 2022). Metade das dez maiores empresas de fabricação de módulos solares do mundo, em receita, têm sede na China (Jinko Solar, GCL-Poly Energy, J.A Solar, Xinyi Solar e Yingli Green Energy), além de seis das dez maiores fabricantes de turbinas eólicas (Goldwind, Envision, MingYang, Windey, Shanghai Electric e CSIC) (GWEC..., 2020).⁴⁰

40. Google Finance. Disponível em: <https://www.google.com/finance/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

Há um processo gradual de internacionalização desses conglomerados, cujos destinos são cada vez mais diversificados. O mercado brasileiro converteu-se então em um grande receptor de investimento vinculado às fontes renováveis.

5.1.1 A participação chinesa no setor de energias renováveis brasileiro

As aquisições chinesas e sua participação em projetos de geração hidrelétrica e sistemas de transmissão no Brasil foram, em alguma medida, decorrentes de oportunidades de mercado. Segundo Becard, Lessa e Silveira (2020), essas conveniências decorreram de fatores institucionais e conjunturais, e de estratégias em nível empresarial. Houve revisão de concessões no sistema elétrico, barateamento de ativos por conta da desvalorização cambial, bem como impactos da crise econômica e da ação da Operação Lava Jato sobre grandes empresas nacionais do setor de infraestrutura e construção civil.

Em um cenário favorável e com ativos a preços competitivos, as companhias chinesas, interessadas em ampliar sua atuação em mercados no exterior, realizaram aquisições e capitanearam contratos para construção de infraestruturas.

Fatores estruturais do mercado brasileiro também foram fundamentais para a concretização de investimentos cuja motivação se caracterizou pela busca por mercados. A economia nacional é considerada emergente e com necessidades de ampliação da capacidade instalada, além de o Brasil possuir experiência sólida no setor hidrelétrico, liderando a capacidade de geração, ao lado da própria China (IHA, 2021). Empresas como a Eletrobrás, maior operadora do setor elétrico no país, e suas subsidiárias, detêm conhecimento técnico e regulatório de grande valor para as empresas chinesas, que podem compor suas *expertises* com as competências derivadas da engenharia brasileira (Proença e Kupfer, 2018).

Então, as razões conjunturais se mesclaram a fatores locais de longo alcance, como a demanda doméstica em expansão, a existência de um sistema legal e regulatório estável e a possibilidade de obtenção de margens de lucro elevadas (Barbosa, 2021).

A tabela 11 apresenta os principais investimentos da China no setor de geração de energia hidrelétrica.⁴¹

41. Os projetos listados foram confirmados, sempre quando possível, em *sites* governamentais. Foram também consultados relatórios das empresas e fontes jornalísticas. A tabela 11 não inclui os contratos cancelados ou que ainda não entraram em fase inicial de implementação.

TABELA 11**Principais investimentos chineses em geração de energia hidrelétrica no Brasil**

(Em R\$ 1 milhão)

Ano	Investidor	Projeto	Receptor	Valor
2018	CTG	Modernização das usinas hidrelétricas (UHEs) de Jupia e Ilha Solteira	CTG	3.000
2017	State Power Investment Corporation (SPIC)	Aquisição da UHE São Simão	Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	7.180
2017	State Grid	Aquisição de ativos de geração, transmissão e distribuição da CPFL Energia e CPFL Renováveis	CPFL	17.360
2016	CTG	Aquisição de ativos da Duke Energy Brasil	Duke Energy	3.700
2015	CTG	Aquisição das UHEs de Jupia e Ilha Solteira	Companhia Energética de São Paulo (Cesp)	13.800
2015	CTG	Aquisição das UHEs de Salto e Garibaldi	Triunfo Participações e Investimentos	966,7
2014	CTG	Aquisição de 33,3% da UHE de São Manoel	EDP	3.600
2013	CTG	Aquisição de 50,0% das UHEs de Cachoeira Caldeirão e Santo Antônio do Jari	EDP	865

Fontes: CEBC (2014); CTG (disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/ctg-brasil-assume-operacoes-das-usinas-hidreletricas-de-ilha-solteira-e-jupia/>; acesso em: 3 jul. 2023); Collet (2017); Exame (2013) (Disponível em: <https://exame.com/negocios/edp-vende-50-de-duas-hidreletricas-no-brasil-a-parceira-chinesa-ctg/>; acesso em: 3 jul. 2023); Agência Estado (2017); Brasil (2017; 2018; 2020); e São Manoel Energia (2015).

Sobretudo em razão das grandes aquisições de UHEs, a CTG assumiu a liderança nos aportes em geração de energia no Brasil. A maior aquisição realizada foi a das usinas de Jupia e Ilha Solteira, compradas da Cesp pelo montante de R\$ 13,8 bilhões, em 2015. Ambas estão localizadas no rio Paraná, e somadas possuem a capacidade de geração de 5 GW.⁴²

42. 1 GW equivale a 1 mil MW. Para fins de comparação, em 2020, a cidade de São Paulo consumiu mais de 25,7 GWh. Disponível em: <https://dadosenergeticos.energia.sp.gov.br/Portalcev2/Municipios/ranking/index.html>. Acesso em: 22 abr. 2022.

TEXTO para DISCUSSÃO

A empresa também comprou os ativos da Duke Energy no Brasil, em 2016, incluindo dez usinas hidrelétricas, com capacidade total superior a 2GW. Com isso, a CTG ampliou sua potência instalada para 8,3 GW e se consolidou como a segunda maior geradora de energia do país, atrás da Eletrobrás (Barbosa, 2021).

Em 2017, a SPIC realizou a aquisição da UHE de São Simão, da Cemig, por R\$ 7,18 bilhões (Collet, 2017).

A State Grid, por sua vez, ampliou sua participação nos segmentos de geração e distribuição quando, em 2017, comprou 54,64% das ações da CPFL Energia, por R\$ 14,19 bilhões, e da CPFL Renováveis, por R\$ 3,17 bilhões (Agência Estado, 2017; CPFL Energia, 2017)⁴³. Com isso, seu portfólio atingiu a capacidade instalada de 4,3 GW, cobrindo 113 unidades em dez estados brasileiros (Barbosa, 2021).

Com a aquisição da CPFL, a State Grid também passou a ser conhecida como uma das maiores distribuidoras de eletricidade no Brasil, sendo responsável pelo atendimento de 14% do mercado nacional, o que corresponde a aproximadamente 10 milhões de clientes em 687 municípios (CPFL Energia, 2021).

Os aportes dessas empresas em atividades de geração e distribuição também contemplaram a sua participação em empreendimentos eólicos e solares. O primeiro investimento da SPIC no Brasil se deu no segmento eólico, quando adquiriu da australiana Pacific Hydro, em 2016, dois parques no estado da Paraíba (Silveira, 2018).⁴⁴ Antes disso, em 2014, a CTG adquirira da portuguesa EDP 49% de seu portfólio eólico, composto por onze parques, que totalizam 321 MW em geração de energia.⁴⁵

Por meio da CPFL Energia, a State Grid passara a controlar um dos maiores portfólios de energia eólica no Brasil, com ativos que somam cerca de 1,3 GW, ou 30% da estrutura de geração da empresa e cerca de 6% do total de geração eólica nacional (CPFL Energia, 2021).

De maneira geral, é possível identificar gradual diversificação dos investimentos em geração de energia para além das UHEs, envolvendo também projetos de geração eólica e solar (tabela 12). Este envolvimento está associado ao barateamento das tecnologias

43. Disponível em: <https://www.cpfl.com.br/noticia/state-grid-acquire-o-controle-acionario-da-cpfl-energia>. Acesso em: 3 jul. 2023.

44. Disponível em: <https://www.spicbrasil.com.br/geracao-de-energia/>. Acesso em: 26 maio 2022.

45. Disponível em: <https://exame.com/negocios/cwei-comprara-49-em-parques-eolicos-da-edp-renovaveis/>. Acesso em: 3 jul. 2023.

para produção de energia eólica e solar, influenciado pelos próprios investimentos da China no setor, os quais colocaram suas empresas na liderança mundial.

O desenvolvimento destas indústrias contribuiu sobremaneira para a mudança estrutural da economia chinesa e proporcionou a possibilidade de internacionalização de tecnologias nativas. Por isso, a China obviamente interessou-se em ampliar mercados para exportação, projetando sua liderança nos esforços associados à transição energética.⁴⁶

Então, novas orientações foram publicadas pelo Ministério do Comércio (MOF-COM) e o Ministério de Meio Ambiente e Ecologia da China (MEE). As novas diretrizes encorajaram o desenvolvimento verde no exterior, e sugerem que padrões e regras internacionais sejam adotados quando as normas nacionais se mostrarem insuficientes⁴⁷ (Nedopil *et al.*, 2021).

Em outras palavras, as preocupações acerca do desgaste internacional decorrente de obras de grande envergadura conduzidas pela China no exterior originaram mudanças de postura do governo. Na América Latina, distintos projetos hidrelétricos com envolvimento de companhias chinesas foram objeto de escrutínio de ambientalistas, organizações da sociedade civil e de outros atores, tendo em vista os impactos de megaprojetos sobre o meio ambiente e populações locais.⁴⁸

A tabela 12 sumariza alguns dos principais investimentos da China em energia eólica e solar no Brasil.

46. Outro fator explicativo para esta gradual diversificação chinesa no setor de energia diz respeito à redução nas oportunidades de negócio em geração hidrelétrica, dado que seu potencial já foi amplamente explorado no caso brasileiro (Barbosa, 2021). Além disso, a construção de novos projetos hidrelétricos envolve investimentos massivos, longos processos de maturação e elevados riscos de impactos ambientais e sociais.

47. Em 2021, os dois ministérios publicaram o documento intitulado *Green development guidelines for overseas investment and cooperation*, que se encontra disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://en.brigc.net/Media_Center/BRI_Green_Review/2021/202107/P020210729465376906569.pdf.

48. Os casos mais controversos se relacionam com o envolvimento chinês no financiamento e construção da hidrelétrica Coca Codo Sinclair, a maior do Equador, e das represas Nestor Kirchner e Jorge Cepernic, na Argentina.

TABELA 12**Principais investimentos chineses em geração de energia eólica e solar e veículos elétricos**

(Em R\$ 1 milhão)

Ano	Subsetor/ fonte	Investidor	Projeto	Receptor	Valor
2019	Solar e eólica	China General Nuclear Power (CGN)	Aquisição dos parques solares de Nova Olinda e Lapa e do parque eólico Cristalândia, da Enel Green Power Brasil	Enel Green Power Brasil	2.900
2019	Solar	CGN	Aquisição das usinas solares Aura Caetitê I, II, III e IV, e Aura Tanque Novo I, II e III	Tanque Novo Energias Renováveis	1.000
2019	Eólica	CGN	Aquisição da Atlantic Energias Renováveis	Actis	2.620
2017	Renováveis	State Grid	Aquisição da CPLF Renováveis	Camargo Correa e outros ¹	3.170
2015	Eólica	CTG	Aquisição de 49% dos ativos da EDP Renováveis Brasil em onze parques eólicos	EDP	333
2015	Painéis solares	BYD	Instalação de fábrica de painéis solares em Campinas-SP	Greenfield	150
2014	Veículos elétricos	BYD	Instalação de fábrica de ônibus elétricos e baterias de fosfato de ferro-lítio e centro de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em Campinas-SP	Greenfield	200

Fontes: BYD se consolida... (2020); BYD e o Brasil... (2021); CEBC (2014); Estado de São Paulo (2020); Com apoio... (2015); Brasil (2017; 2018; 2020); e CGN Brazil Energy (disponível em: <https://cgnbe.com.br/>; acesso em: 26 maio 2022).

Nota: ¹ Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil), Fundação Cesp, Fundação Sistel, Petros, da Petrobras, e Sabesp, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

A CGN também se apresentou no setor de geração brasileiro, notabilizando-se por atuar exclusivamente nos segmentos eólico e solar. Em 2019, a empresa adquiriu o

portfólio eólico da Atlantic Energias Renováveis, da gestora britânica Actis,⁴⁹ comprando ainda ativos da italiana Enel (Andreoni, 2019; Cariello, 2021). Atualmente, a CGN Brazil Energy é a maior empresa de energia solar e a sexta maior empresa de energia eólica do Brasil.⁵⁰

Outro destaque é a atuação da BYD. A entrada da empresa e o estabelecimento de sua subsidiária, BYD Brasil, em 2014, representou etapa adicional na diversificação dos investimentos em projetos chineses de energia renovável, com a fabricação de veículos elétricos e seus componentes e sua aplicação em empreendimentos de mobilidade urbana.

Atualmente, a BYD conta com duas plantas de produção em Campinas-SP, responsáveis pela fabricação de ônibus elétricos, painéis fotovoltaicos e baterias de fosfato ferro-lítio. Em 2020, a empresa instalou uma nova fábrica no polo industrial de Manaus-AM para a fabricação de baterias utilizadas em veículos elétricos (BYD e o Brasil..., 2021; BYD Brasil confirma..., 2022).

Em linhas gerais, as principais oportunidades do Brasil no setor de energias renováveis se vincularam às complementaridades com a China em segmentos energéticos “emergentes”, em especial na geração eólica e solar e demais indústrias associadas com os esforços de transição energética e desenvolvimento sustentável. De fato, há um grande potencial ainda inexplorado para a instalação de parques solares e eólicos no Brasil, ainda mais se considerarmos as condições climáticas favoráveis em distintas regiões do país.

As oportunidades, contudo, ainda podem englobar outras atividades, como o uso de biocombustíveis (etanol e biodiesel), que conta com uma vasta tradição e experiência acumulada no Brasil (Pelkmans, 2021). O conhecimento prévio e pesquisas conduzidas no setor oferecem perspectivas sólidas para a implementação de cooperação técnica entre empresas e institutos de pesquisa (Teixeira e Rossi, 2020).

A presença chinesa no setor energético, em particular em geração de energia a partir de fontes renováveis (hidrelétrica, eólica e solar), ainda é predominantemente associada a oportunidades conjunturais de negócio, e ocorre especialmente via operações de fusão e aquisição. A possível qualificação dos investimentos chineses envolve a criação de mecanismos bilaterais para promover investimentos de natureza *greenfield*.

49. Por meio da aquisição, a CGN passou a ser proprietária de parques eólicos dispersos no país, como os de Lagoa do Barro (195 MW), no Piauí; Complexo Morrinhos (180 MW), na Bahia; Renascença V (30 MW), no Rio Grande do Norte; e Complexo Santa Vitória do Palmar (207 MW), no Rio Grande do Sul.

50. Disponível em: <https://cgnbe.com.br/>. Acesso em: 26 maio 2022.

5.2 Conectividade, infraestrutura e canais de financiamento

O avanço da participação chinesa em projetos de infraestrutura no Brasil se tornou evidente na última década, envolvendo portos, aeroportos, estradas, ferrovias de alta velocidade, usinas de geração e sistemas de transmissão de energia, telecomunicações, entre outros. Aparentemente, a BRI aportou no Brasil, mesmo que o país não seja signatário.

Se, por um lado, a China tem ampliado a abertura de mercados para suas empresas, por outro, a adesão de mais países à sua esfera de influência sob o emblema da BRI é, quando possível, uma consequência desejável desse avanço.

Visivelmente, nos últimos anos, com a incorporação das agendas de “sustentabilidade” e de “transição para uma economia de baixo carbono”, houve mudanças na retórica da diplomacia chinesa, especialmente ao assinalar os compromissos e as finalidades atribuídos aos projetos de infraestrutura no exterior.

O presidente Xi Jinping anunciara, por ocasião do II Fórum Internacional de Cooperação da BRI, em 2019, que a execução de projetos sustentáveis e de alta qualidade poderia ajudar os países a aproveitarem plenamente suas vantagens em recursos e a se integrarem às CGVs e ao “desenvolvimento global interconectado” (Highlights..., 2019).

A expansão dos projetos internacionais de infraestrutura havia sido projetada de modo a dar vazão a uma série de desafios e objetivos da transição do desenvolvimento chinês, tais como o excesso de capacidade produtiva e a necessidade de elevar o consumo doméstico em detrimento do investimento (Cai, 2017).

Adicionalmente, a China, para manter seu ritmo de desenvolvimento, precisa conservar redes integradas de fornecedores e cadeias de valor, especialmente nos setores de transporte, energia e produção. Para isso, necessita realizar investimentos massivos em infraestrutura física, logística e de comunicação.⁵¹

A intensificação dos investimentos chineses em projetos de infraestrutura no Brasil parece ser resultado da intensificação das relações comerciais entre os dois países, bem como da consequente necessidade de se aperfeiçoar o escoamento da produção brasileira destinada à economia chinesa, envolvendo minério de ferro, soja e petróleo (Moreira, 2012; Abdenur, Santoro e Folly, 2021; CEBC, 2018).

51. Rhee e Sumulong (2015) apontam que os contratos em projetos de infraestrutura possibilitam viabilizar maior margem para transações realizadas na moeda chinesa, conferindo aos operadores e receptores maior autonomia em relação ao até então costumeiro uso de reservas em dólares americanos.

Com isso, o Brasil se consolidou como um destino atrativo para a internacionalização de empresas chinesas também no setor de infraestrutura. O ingresso da China Communications Construction Company Limited (CCCC) no mercado brasileiro, principalmente em empreendimentos portuários e rodoviários, correspondeu à maior parte dos projetos, tanto em número quanto em volume de recursos.

Em menor escala, outras companhias, como a BYD e a China Railway 20 Bureau Group (CR20), também se fixaram nos setores de infraestrutura de transportes e mobilidade urbana. Foram identificadas também as participações de empresas chinesas em três grandes empreendimentos nos setores de saneamento, de transporte de gás e em telecomunicações (construção de um cabo submarino de fibra óptica) (tabela 13).

TABELA 13**Principais projetos chineses em infraestrutura no Brasil (2011-2021)**

(Em US\$ 1 milhão)

Ano	Investidor	Projeto	Receptor/consórcio	Valores ¹
2019	CCCC e CR20	Construção e operação da ponte Salvador-Itaparica	Parceria público-privada (PPP) com o governo estadual da Bahia	1.640
2018	BYD	Construção do veículo leve sobre trilhos (VLT) do Subúrbio Ferroviário de Salvador	Participação no consórcio Skyrail Bahia	372
2018	China Gezhouba Group Company Limited (CGCC)	Aquisição do Sistema São Lourenço	Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa	200
2017	CCCC	Construção e aquisição de 51% do Porto de São Luís	Consórcio com WPR e Lyon Capital	357
2017	CMPorts	Aquisição de 90% do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP)	Terminal de Contêineres de Paranaguá	925
2017	CCCC	Construção conjunta do Terminal Graneleiro da Babitonga	Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura Anessa	1.600
2016	China Unicom e Camtel	Instalação de cabo submarino Fortaleza (CE)-Kribi (Camarões)	South Atlantic Inter Link (Sail) (consórcio com Huawei Marine Networks e Camtel)	130

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

Ano	Investidor	Projeto	Receptor/consórcio	Valores ¹
2016	China Investment Corp. (CIC) ²	Aquisição de 90% das ações da Nova Transportadora do Sudeste	Petrobras	441
2016	CCCC	Aquisição de 80% das ações da Concremat	Concremat	100

Fontes: Cariello (2021); AEI (disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>; acesso em: 10 mar. 2022); Brasil (2017; 2018); Skyrail (disponível em: <https://www.skyrailbahia.com.br/o-projeto/mapa-do-tracado/>; acesso em: 23 abr. 2022); Cabo... (2018); TCP (disponível em: <https://www.tcp.com.br/tcp-lidera-movimentacao-de-containers-no-sul-do-brasil/>; acesso em: 21 abr. 2022); e Pires (2018).

Notas: ¹ Para operações realizadas em reais, o valor aproximado foi convertido de acordo com a cotação da data pelo BCB.

² Consórcio com Brookfield, GIC e bcIMC.

Em 2016, a CCCC realizou a aquisição de 80% da construtora brasileira Concremat Engenharia, pelo valor de R\$ 350 milhões, na transação considerada pioneira para operações no mercado de infraestrutura brasileiro. No ano seguinte, a empresa realizou dois grandes investimentos, a saber: a aquisição de 51% do projeto de construção de um porto em São Luís, no Maranhão; e a construção conjunta do Terminal Granelero da Babitonga, em São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina. O valor estimado do projeto foi de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão (Pires e Moreira, 2017).

O mais recente grande empreendimento da companhia, em parceria com a CR20 (subsidiária da China Railway Construction Corporation – CRCC), é a construção da ponte Salvador-Itaparica. Embora o governo baiano tenha assinado a concessão de 35 anos com as duas empresas, as obras ainda não se iniciaram, em função de impasses devidos ao aumento dos custos inicialmente previstos (Hirata, 2019; China investe em..., 2022).

Atualmente, a CCCC avalia a participação na licitação da ferrovia Ferrogrão, que conectará Mato Grosso ao Pará. Há ainda o projeto da Ferrovia Pará, ligando as cidades de Marabá e Barcarena, e a construção de uma siderúrgica em Marabá em parceria com a Vale, estimada em R\$ 1,5 bilhão (Menezes, 2019; Ribeiro, Machado e Góes, 2019).

Outras empresas chinesas passaram a atuar no setor de infraestrutura de transportes brasileiro, a partir de PPPs e licitações. A BYD aderiu, em 2018, a uma PPP com o governo da Bahia para a construção do sistema monotrilho, movido a propulsão elétrica, em Salvador.^{52, 53}

52. Disponível em: <https://www.skyrailbahia.com.br/o-projeto/mapa-do-tracado/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

53. A BYD Brasil atua por meio do consórcio Skyrail Bahia, juntamente com a brasileira Metrogreen. Estimado em R\$ 1,5 bilhão, o projeto tem a previsão de transportar 150 mil usuários por dia ao longo de 21 estações (Um ano após..., 2022).

No setor portuário, a China Merchants Port Holding (CMPorts) realizou a aquisição de 90% do TCP, no Paraná. A compra de 50% das ações da Advent International e 40% das ações de propriedade dos acionistas fundadores da TCP (empresa que administra o terminal) foi estimada em US\$ 925 milhões (China Merchants Port..., 2017).

Com relação à infraestrutura de telecomunicações, houve o projeto de cabo de fibra óptica⁵⁴ executado pela Huawei Marine Networks, com investimento de aproximadamente US\$ 130 milhões pela China Unicom em 2017, conectando Fortaleza, no Ceará, à cidade de Kribi, no Camarões.

5.2.1 Financiamento chinês em infraestrutura energética no Brasil

O financiamento de infraestrutura há muito constitui um problema estrutural brasileiro. A maior parte dos financiamentos chineses de infraestrutura se direcionaram, no Brasil, ao setor energético. O destaque foi o aporte de US\$ 1 bilhão do Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) para a aquisição das hidrelétricas Jupuí e Ilha Solteira pela CTG.

A cooperação financeira com a China também se mostrou presente na construção da fase 1 das linhas de transmissão da UHE de Belo Monte. O Banco de Construção da China (CCB), junto com outras filiais brasileiras de bancos chineses,⁵⁵ financiou o Projeto de Transmissão ±800 Kv *ultra-high-voltage direct current* (UHVDC), de 2.518 km, responsável por escoar a energia de Belo Monte para a região Sudeste do país (Silveira, 2018).

A Fazenda Solar Ituverava, na Bahia, operada pela subsidiária Enel Green Power Brasil Participações (EGPB), uma das maiores da América do Sul, com capacidade instalada de 254 MW, teve construção orçada em US\$ 400 milhões, que foram cofinanciados por um consórcio que incluía o BOC e o Santander, apoiado pela China Export & Credit Insurance Corporation (Sinosure) e garantido pela Enel (Maisch, 2017).

A tabela 14 apresenta alguns financiamentos e cofinanciamentos em infraestrutura energética.

54. O projeto é o primeiro a conectar a África e a América do Sul por meio de um cabo transatlântico e conta com tecnologia de transmissão de alta velocidade 100G, com quatro pares de fibra que permitem alcançar até 32 Tbps – *terabytes per second* (Cabo..., 2018).

55. Segundo Barbosa (2021), as filiais brasileiras do ICBC, Banco de Agricultura da China (ABC) e do Banco da China (BOC) também contribuíram com US\$ 11,7 milhões, US\$ 23,2 milhões e US\$ 8,0 milhões, respectivamente.

TABELA 14**Projetos de energia financiados e cofinanciados por bancos chineses no Brasil (2011-2021)**

(Em US\$ 1 milhão)

Ano	Fonte	Projeto	Financiador	Valor	Receptor
2017	Hidrelétrica (transmissão)	Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	CCB	28,4	Eletronorte
2016	Hidrelétrica	Fase I das linhas de transmissão de Belo Monte	CCB	111,4	State Grid
2016	Hidrelétrica	Barragens de Jupia e Ilha Solteira	ICBC	1,000	Rio Paraná Energia S.A. ¹
2016	Solar	Parque Solar Ituverava	Banco da China e Santander	400,0	Enel Green Power Brazil
2012	Hidrelétrica	Suporte às atividades da State Grid no setor de transmissão	Banco de Desenvolvimento da China (CDB)	178,8	State Grid
2012	Eólica	Parque eólico Barra dos Coqueiros	CDB	57,0	Statkraft

Fontes: AidData (disponível em: <https://www.aiddata.org/data/aiddatas-global-chinese-development-finance-dataset-version-2-0>; acesso em: 10 abr. 2022); e Gallagher e Myers (2022).

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Subsidiária da CTG.

Na esfera multilateral, tanto o AIIB quanto o NBD ampliaram a presença no Brasil. Em janeiro de 2022, o AIIB aprovou seu primeiro projeto em terras brasileiras: um empréstimo de US\$ 100 milhões para o fundo BDMG Renewables e Asia Connectivity Facility, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, para apoiar empresas ou instituições que atuam em áreas renováveis e relacionadas a infraestrutura no estado (AIIB..., 2022).

O NBD, por sua vez, possui dezesseis projetos aprovados, sendo oito deles relacionados diretamente ao desenvolvimento de infraestrutura sustentável.⁵⁶

Finalmente, ainda em 2017, foi institucionalizado o Fundo de Cooperação para Expansão e Capacidade Produtiva Brasil-China, acordado em conjunto pela Secretaria

56. Disponível em: https://www.ndb.int/projects/all-projects/?country_name=1&status_name=undefined#038;status_name=undefined. Acesso em: 27 abr. 2022.

de Assuntos Internacionais (Seain) do Ministério do Planejamento e o Fundo Sino-Latino-Americano de Investimento em Capacidade Produtiva (Claifund), com a previsão de disponibilizar US\$ 20 bilhões em créditos para projetos nas áreas de infraestrutura, manufatura, tecnologia e agronegócio, sendo US\$ 15 bilhões da Claifund e US\$ 5 bilhões do BNDES e da Caixa Econômica Federal (Brasil, 2018).⁵⁷

Embora a expansão da presença de investidores chineses nos projetos de infraestrutura tenha ocorrido de modo gradual e crescente, impasses de natureza burocrática e regulatória, sobretudo relacionados às obras com grande impacto ambiental e social, envolveram contenciosos com organizações não governamentais (ONGs) e com a sociedade civil, tornando o avanço mais lento.

É crucial que os projetos de infraestrutura disponham de planos e mecanismos de mitigação, monitoramento e compensação dos danos ambientais, e sejam acompanhados de salvaguardas e sistemas de pagamento por serviços ambientais (PSAs) de acordo com a legislação, além de, periodicamente, manterem estudos de impacto e canais de diálogo transparentes com a sociedade civil e a esfera pública.

Segundo Rosito (2020), a falta de familiaridade de estruturadores de projetos chineses com o ambiente regulatório brasileiro atenuou o ritmo dos projetos de infraestrutura. Chauvet *et al.* (2020) acrescentam que há potencial e possibilidades para ampliação de PPPs.

Ao Brasil, caberia prover melhorias regulatórias, reduzir assimetrias de informação, criar ambiente favorável e estabelecer projetos prioritários ao desenvolvimento (Lins e Ferreira, 2019; Rosito, 2020). Dessa forma, a construção de molduras institucionais favoráveis às PPPs poderia prosperar.

O país não pode prescindir de maior atuação de bancos comerciais e de desenvolvimento chineses, para crédito e financiamento da infraestrutura. Da mesma forma, a atuação dos bancos multilaterais de desenvolvimento, em especial o NBD, pode oferecer alternativas de financiamento para projetos sustentáveis.

5.3 A presença chinesa na economia digital brasileira

A cooperação entre China e Brasil no campo da economia digital oferece possibilidades reais. Afinal, o país asiático foi capaz de dar saltos qualitativos em sua estrutura

57. Entretanto, das seis propostas revisadas pelo fundo, nenhuma delas teve continuidade até o momento (Maia, 2021).

produtiva ao longo da última década, apresentando liderança em várias áreas relacionadas a este setor econômico,⁵⁸ especialmente àquelas voltadas a tecnologias e soluções para o varejo (Rosito, 2020).

Com população digital estimada em mais de 1 bilhão de usuários e classe média crescente – atualmente mais de 700 milhões de cidadãos –, a China é hoje a segunda maior economia digital do mundo, somente atrás dos Estados Unidos (The 47th..., 2021; Business Insider, 2021).

De acordo com a Academia Chinesa de Tecnologia da Informação e Comunicação, o setor de economia digital do país atingiu US\$ 5,4 trilhões em 2021, equivalente a 36,2% do PIB nacional. O montante reflete principalmente a presença de grandes conglomerados de tecnologia (*big techs*), que operam em mais de um segmento *on-line*, como comércio eletrônico, meios de pagamento, serviços e bancos digitais (New..., 2021).

Com relação ao comércio eletrônico, o mercado chinês se expandiu consideravelmente desde meados dos anos 2000 (Noor, 2021). Parte das grandes empresas do setor elevou sua atuação para outros segmentos de plataforma, como sistemas de pagamento e crédito e finanças *on-line* (*fintech*), o que implicou o desenvolvimento de tecnologias e *softwares*, como interfaces de programação de aplicativos (*application programming interfaces* – API), *big data*, e inteligência artificial.

Atualmente, o valor total das transações em dinheiro eletrônico na China excede o somatório global combinado de Visa e MasterCard. O Ant Group, da Alibaba, e a Tencent dominaram o mercado financeiro digital da China. Juntas, suas duas plataformas, Alipay, do Ant Group, e WeChat Pay, da Tencent, correspondem a mais de 94% do mercado de pagamento móvel de terceiros, que em 2019 valia mais de US\$ 50 trilhões (OECD, 2020).⁵⁹

No Brasil, as restrições à mobilidade impostas durante a pandemia contribuíram para acelerar a tendência de expansão do comércio eletrônico. Plataformas chinesas como a AliExpress e a Shein constam na dianteira desse processo (SBVC, 2021).

58. A crescente importância da economia digital levou as autoridades chinesas a repaginar iniciativas já estabelecidas, como a DSR. Entre outros propósitos, incluindo a construção de infraestrutura de telecomunicação (5G, cabos de fibra óptica etc.), a DSR foi desenhada para ajudar a impulsionar o comércio eletrônico transfronteiriço e promover a cooperação econômica digital, o que auxilia a expansão internacional de empresas chinesas do setor (Koop, 2020; Malena, 2021).

59. O mecanismo de busca Baidu também passou a atuar nos serviços bancários e financeiros, ao passo que outras plataformas da China, como Lufax, Zhong An e FTX, estão listadas entre as cinquenta maiores empresas do segmento. Disponível em: <https://www.google.com/finance/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

A AliExpress, ramificação *e-commerce* do grupo Alibaba, assim como sua maior concorrente, a Shopee, conta com plataforma para lojistas brasileiros com taxas competitivas e opções de frete grátis (Agência O Globo, 2022). Em 2021, a AliExpress registrou expansão de 320% nas vendas no Brasil, em comparação ao ano anterior (AliExpress abre plataforma..., 2021). A Shopee, por sua vez, já possui um centro de distribuição no Brasil, enquanto a AliExpress anunciou a intenção de inaugurar um em breve (AliExpress planeja lançar..., 2021).

Por sua vez, a Shein, gigante do varejo de moda, ultrapassou o número de *downloads* do seu aplicativo em relação à Amazon em 2021. Somente no Brasil foram mais de 23,8 milhões de *downloads* (Cunha, 2022). A loja vendeu quase US\$ 10 bilhões em roupas no primeiro ano da pandemia (Ragazzi, 2021).

A expansão destas plataformas tem gerado embates com varejistas brasileiros, que alegam concorrência desleal desencadeada pela importação de produtos baratos, produzidos do exterior e que entram no país sem tributação. Há forte articulação de varejistas tradicionais com objetivo de tributar compras importadas por essas empresas (Agência O Globo, 2022).

No entanto, os investimentos de empresas chinesas têm se ampliado gradualmente nas já consolidadas plataformas digitais em operação no mercado brasileiro. Em 2018, houve a aquisição da maior parte das ações do aplicativo de transporte 99 Táxis, estimada em R\$ 960 milhões, que passou a ser controlada pela firma Didi Chuxing (Chinesa..., 2018). No mesmo ano, a Tencent avaliou a Nu Pagamentos S.A., responsável pelo Nubank, em US\$ 4 bilhões e, por meio do investimento de US\$ 180 milhões na *startup*, passou a dispor de participação minoritária no negócio (Desidério, 2018).

A ampliação das interações entre empresas e usuários brasileiros e chineses nas plataformas de comércio e serviços digitais proporcionou a consolidação de novas esferas para ganhos econômicos entre ambos os países.

Os investimentos chineses em tecnologias digitais no Brasil também apresentam potencial para expansão, em linha com o crescimento do mercado *on-line* brasileiro nos últimos anos.

Ainda há, contudo, necessidades de consolidação regulatória, principalmente devido à ausência de regras suficientemente claras sobre a tributação da importação de uma grande parcela dos produtos que circulam por plataformas digitais, além de se fazer do comércio eletrônico transfronteiriço uma via de mão dupla, permitindo que produtores brasileiros tenham acesso ao mercado consumidor chinês.

Segundo Thiébaut (2022), o Brasil poderia aproveitar setores em que dispõe de vantagens comparativas (alimentos e bebidas, orgânicos, suplementos para a saúde, produtos de beleza etc.) e estabelecer iniciativas para expandir sua participação nos ecossistemas digitais da China. Um caminho possível seria a criação de uma “Loja Brasil”, que congregasse em um mesmo espaço diversos vendedores brasileiros e facilitasse a pequenas e médias empresas se internacionalizem e obtenham acesso ao mercado chinês.⁶⁰

Possíveis mecanismos concretos de cooperação, sob a regulação e coordenação do governo federal, poderiam facilitar a criação de institucionalidades na esfera bilateral, somada a uma ativa política de comércio exterior.

5.4 A dimensão da saúde no relacionamento bilateral e a cooperação sino-brasileira durante a pandemia

O período mais crítico da pandemia de Sars-COV-2 expôs a dependência externa global em relação às cadeias de produção e suprimento de medicamentos, equipamentos médico-hospitalares, entre outros bens relacionados à saúde.

A China encontrava-se em uma posição vantajosa nesse quesito, pois é um dos maiores produtores mundiais desses bens. Ainda que Estados Unidos, Europa e Japão tenham produzido cerca de 90% dos ingredientes farmacêuticos ativos (*active pharmaceutical ingredients* – APIs), em meados da década de 1990, estima-se que atualmente cerca de 40% desses insumos sejam produzidos na China (Horner, 2020).

Devido ao elevado grau de dependência global com relação à produção chinesa para o suprimento de medicamentos e equipamentos e o funcionamento eficiente dos sistemas de saúde, a pandemia foi marcada por uma série de episódios em que governos nacionais e subnacionais entraram em disputa para obter envios desses suprimentos, cuja demanda ampliou-se exacerbadamente devido às altas taxas de contaminação pela covid-19.

Após o controle da fase inicial de contágio doméstico, a China, em virtude de sua posição como grande produtora de insumos médicos e fármacos, promoveu doações de equipamentos de proteção, medicamentos e, em um segundo momento, vacinas para

60. A utilização de estratégias de *marketing* especificamente direcionadas ao consumidor chinês e de *branding* também podem contribuir para promover a marca nacional e permitir uma maior entrada de produtos brasileiros na China.

países em desenvolvimento, o que ficou conhecido como “diplomacia das máscaras” e “diplomacia das vacinas”, respectivamente.

O país também disponibilizou o envio de equipes médicas em missão internacional para compartilhar experiências e aprendizados de primeira nação do mundo a ter que lidar com o vírus. Em fala por videoconferência na cerimônia de abertura de sessão da Organização Mundial da Saúde (OMS), Xi Jinping prometeu destinar US\$ 2 bilhões para ajudar países em desenvolvimento no combate à pandemia (Cheng, 2020).

A saúde já era considerada uma área prioritária da BRI antes da covid-19, mas, com o surgimento da pandemia, a China adaptou a iniciativa à nova conjuntura. Nesse contexto, a chamada Rota da Seda da Saúde, anunciada ainda em 2015, assumiu nova importância e tornou-se emblema das ações chinesas de cooperação em saúde.

Então, em 2020, a China enviou mais de 179 bilhões de máscaras faciais e 1,73 bilhão de trajes de proteção a 150 países. No final de 2021, o país havia destinado cerca de 1,6 bilhão de doses de vacinas covid-19 para mais de cem países, sendo aproximadamente 40% destas entregues a nações do Sudeste Asiático, região de grande incidência de adesão à BRI (Huang, 2022).

Mesmo não sendo signatário da BRI, o Brasil recebeu, entre 2020 e 2021, diversos lotes de doações com equipamentos de proteção individual, máscaras e outros insumos. Tais recursos foram enviados tanto por agências públicas chinesas como por empresas privadas.⁶¹

Outro marco da cooperação em saúde, durante a pandemia, foi a produção conjunta da vacina Coronavac pela Sinovac (farmacêutica chinesa) e o Instituto Butantan. O acordo entre os institutos previa exclusividade na compra da Coronavac pelo Butantan.

Também houve coordenação entre agências chinesas e entidades federativas do Brasil na compra de equipamentos de proteção individual e medicamentos. Estados e prefeituras negociaram diretamente com empresas e laboratórios chineses.⁶² O governo

61. Um lote contendo 40 mil máscaras N95, 3 mil óculos de segurança e 5 mil roupas de proteção foi remetido pelo governo chinês, em outubro de 2020, além de 2,3 milhões de kits para intubação, em abril de 2021. A empresa ByteDance, considerada *big tech*, enviou 25 mil roupas de proteção em outubro de 2021 (Agência Brasileira de Cooperação, disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/1551/>; acesso em: 20 maio 2022; Covid-19..., 2021; Brasil recebe..., 2021).

62. O estabelecimento de um comitê científico pelo Consórcio do Nordeste para auxiliar os gestores da região na tomada de decisões no enfrentamento da pandemia representa um caso de cooperação internacional promovida por agentes públicos de entes federados no Brasil. A iniciativa contou com a participação de cientistas brasileiros, chineses, alemães, italianos, entre outros (Alvarenga *et al.*, 2020).

TEXTO para DISCUSSÃO

do estado de São Paulo, por exemplo, negociou diretamente com a Sinovac a compra de 46 milhões de doses de Coronavac (Governo..., 2020).

Antes da crise do covid-19, Brasil e China já haviam esboçado avanços no diálogo em temas relacionados à saúde. Do lado brasileiro, a coordenação das conversas no campo ocorreu, principalmente, por meio do Ministério da Saúde, via Assessoria Internacional em Saúde (Aisa) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), além da Agência Brasileira de Cooperação.

No âmbito multilateral, a Aisa vinha participando de reuniões periódicas de ministros da Saúde do BRICS. Ademais, já em 2011, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) firmara memorando de entendimento com a China State Food and Drug Administration para promover a cooperação e a troca de informações em inspeção e indústria farmacêutica (CFDA e Anvisa, 2011).

A Fiocruz e o Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças (CDC/China) haviam firmado, em novembro de 2017, um memorando de entendimento para cooperação bilateral em ciência e desenvolvimento tecnológico em saúde, visando ao desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa, intercâmbio de especialistas e informações, tecnologia e materiais (Carvalho, 2017).

Toda essa experiência e cooperação prévia foi fundamental para acelerar a reação brasileira frente à crise do covid-19.

O quadro 1 lista os convênios internacionais vigentes entre a Fiocruz e centros de pesquisa chineses atualmente.

QUADRO 1

Convênios internacionais vigentes entre a Fiocruz e centros de pesquisa chineses (abr. 2022)

Convênio	Instituição parceira	Ano
Cooperação internacional entre a Fiocruz e o Centro Chinês para Controle e Prevenção de Doenças (CCDC)	CCDC	2017-2022
Memorando de entendimento para cooperação internacional entre a Fiocruz e a Academia Chinesa de Ciências (Chinese Academy of Sciences – CAS)	CAS	2018-2023

(Continua)

(Continuação)

Convênio	Instituição parceira	Ano
Adesão da Fiocruz como membro da Aliança das Organizações Internacionais de Ciência (Alliance of International Science Organizations – Anso)	Anso	2019-2024
Memorando de entendimento para cooperação internacional entre a Fiocruz e o CCDC	Shenzhen Third People's Hospital of Shenzhen (SZ3); MGI Tech; ZTEICT Technology; CAS Key Laboratory of Pathogenic Microbiology and Immunology Institute of Microbiology	2018-2023

Fonte: Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/cris-acordos-e-convenios>. Acesso em: 26 maio 2022.

Elaboração dos autores.

Ainda que o diálogo entre agências governamentais e institutos de pesquisa sino-brasileiros tenha progredido paulatinamente ao longo das últimas duas décadas, a crise sanitária e as necessidades desencadeadas pela pandemia evidenciaram o potencial para o avanço da cooperação técnica entre os dois na área da saúde. Algumas razões apontam para isso, como a participação relevante da China no segmento farmacêutico global e a presença no Brasil de institutos e fundações de referência, como a Fiocruz e o Instituto Butantan, entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressiva expansão da presença de atores econômicos chineses no mercado brasileiro, nas últimas décadas, constituiu um fenômeno que inequivocamente desencadeou a necessidade de reorientação e reestruturação de uma série de políticas formuladas em nível nacional, seja em termos de inserção externa, integração regional ou desenvolvimento socioeconômico. Além disso, a evolução das relações sino-brasileiras constitui um processo em permanente transformação, exigindo a observação constante e esforços contínuos de reformulação teórica e análise empírica acerca do fenômeno.

Diante desse imperativo, buscou-se, inicialmente, compreender os determinantes da internacionalização da China e os fundamentos e as implicações de sua projeção geoeconômica. Com base nos marcos teóricos da EPI, constatou-se que a extroversão global das inversões chinesas combina interesses estratégicos e de mercado, ao mesmo tempo que evidencia a indissociabilidade entre acumulação de riqueza e projeção de influência na inserção internacional dos Estados.

As implicações, conforme apontado por Rodrigues (2021), são ambíguas e contraditórias. A construção de estratégias de longo prazo mostra-se essencial para lidar

com os riscos e potencializar as oportunidades. Nesse contexto, buscou-se descrever a evolução, o panorama e as perspectivas em torno das relações de comércio e investimento entre Brasil e China, bem como apresentar as potencialidades atreladas com dimensões particulares do engajamento bilateral.

Se, no início do século XXI, o incremento das relações comerciais e o estabelecimento dos diálogos preliminares da agenda multilateral de cooperação no âmbito do Sul Global representaram o marco inaugural do encontro entre as estratégias econômicas brasileiras e chinesas, o padrão de interação verificado na atualidade acrescenta uma dose de diversificação e complexidade.

As empresas e os capitais chinesas, antes virtualmente ausentes de uma série de setores da economia brasileira, entre estes os de energias renováveis, infraestrutura, economia digital e saúde, se multiplicaram a partir dos anos 2010. Fundamentando-se nessa diversificação, emergiu uma série de novos desafios e oportunidades associados ao adensamento do intercâmbio comercial e à amplificação da presença econômica e financeira da China no Brasil.

No campo do comércio e dos investimentos, observou-se que os laços entre ambas as economias se mostraram robustos e movidos por fortes relações de complementaridade, mantendo-se dinâmicos mesmo diante de atritos de natureza político-diplomática. O intercâmbio comercial recebeu novos impulsos nos últimos anos, ao passo que a expansão dos investimentos chineses demonstrou o potencial do Brasil enquanto destino atrativo para diversas empresas que vêm ampliando sua internacionalização para novos mercados.

Entende-se, porém, que a manutenção de um diálogo político ativo e a construção de molduras institucionais e regulatórias são essenciais para diversificar e agregar valor às exportações, bem como para atrair investimentos de natureza *greenfield*, que trazem consigo possíveis implicações positivas em termos de ampliação e complexificação da estrutura produtiva.

A parceria com a China também poderia contribuir para o Brasil progredir em sua própria agenda de transição energética, dada a liderança do país asiático em tecnologias emergentes e a presença crescente de empresas chinesas no setor elétrico brasileiro. Novamente, o aperfeiçoamento de canais institucionais de interação poderia contribuir para promover investimentos e programas de cooperação técnica, agregando atrativos para além dos fatores locacionais da economia brasileira e das oportunidades conjunturais de mercado.

As complementaridades entre Brasil e China são também evidentes nas dimensões financeira e de infraestrutura. Conforme demonstrado, o Brasil vem recebendo investimentos chineses sobretudo em infraestrutura energética e de transportes, ao passo que as empresas chinesas têm demonstrado interesse crescente em executar empreendimentos sob a modalidade de concessões e PPPs.

Os obstáculos nessas áreas igualmente exigem a necessidade de elencar prioridades, estabelecer estratégias e prover um ambiente favorável. Há potencial claro de fortalecimento de laços bilaterais de cooperação financeira, com possíveis benefícios vinculados à estruturação e ao financiamento de projetos de infraestrutura sustentável. Não menos importante, é válido ressaltar a importância de se equacionarem os conflitos comunitários existentes e os potenciais, relacionados sobretudo aos segmentos da população afetados pelos impactos sociais e ambientais de empreendimentos chineses.

Nas dimensões da economia digital e da saúde, a importância da China foi renovada e fortemente evidenciada devido aos desdobramentos da pandemia. O país desponta como um dos líderes em soluções tecnológicas para o varejo, ao passo que sua indústria farmacêutica se sobressai enquanto uma das maiores do mundo. Há desafios a serem enfrentados, como a concorrência de varejistas chineses via redes de comércio eletrônico transfronteiriço, bem como a dependência global por produtos e insumos farmacêuticos produzidos na China.

Por seu turno, o desenvolvimento de relações estratégicas e a execução de uma política de comércio exterior ativa podem contribuir para, respectivamente, forjar parcerias entre institutos de pesquisa e estabelecer estratégias para integrar produtores brasileiros nos ecossistemas digitais da China, tornando o comércio eletrônico uma via de mão dupla.

Em diálogo com os estudos anteriores sobre o avanço da BRI no mundo e na América Latina, a presente pesquisa buscou examinar a evolução, as tendências e as potencialidades das relações sino-brasileiras. Nesse sentido, notou-se que a evolução das interações econômicas se deu de forma progressiva e envolveu a elevação e diversificação de investimentos e projetos, permitindo inclusive inferir que, a despeito da inexistência de adesão formal, a Nova Rota da Seda encontra-se presente em território brasileiro.

Mais importante, argumentou-se que, para além do dinamismo comercial e das robustas interações movidas por impulsos de mercado, faz-se necessária a manutenção de um diálogo político ativo e a construção de estratégias de longo prazo com a China, possibilitando a sua conversão enquanto parceiro estratégico do desenvolvimento brasileiro.

A criação e o aperfeiçoamento de molduras institucionais e regulatórias, a execução de uma inserção internacional ativa e a promoção de acordos de cooperação devem colaborar para diversificar e agregar valor às exportações, qualificar a natureza dos investimentos, fortalecer a cooperação financeira e realizar projetos de infraestrutura sustentável, bem como construir convênios em matéria de cooperação técnica.

Outro aspecto que merece atenção adicional de analistas e tomadores de decisão, no âmbito das relações econômicas sino-brasileiras, é a investigação das potencialidades em termos de sustentabilidade e desencadeamento de progresso técnico. A ênfase nestas dimensões se justifica pela ressignificação das prioridades elencadas pela comunidade internacional e pela busca de modos de produção e padrões de consumo alternativo, frente aos dilemas e desafios aportados pela crise climática.

Por fim, sugere-se, para aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo avanço das relações com a China, a constante observância, nos diálogos bilaterais, dos critérios de sustentabilidade e baixo impacto ambiental, em consonância com as novas prioridades suscitadas no âmbito das organizações multinacionais. Isso certamente ensinaria a implementação de agendas futuras de cooperação e investimentos, assim como a priorização de projetos e iniciativas com potencial de inovação e utilização de tecnologias disruptivas, para a promoção de mudanças estruturais e obtenção de benefícios mútuos.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E.; SANTORO, M.; FOLLY, M. **O que os negócios ferroviários ensinaram aos chineses e brasileiros na Amazônia**. Washington: CEIP, 2021.

ADEDIGBA, O. G.; LIN, R.; DIN, N. U. The degree of internationalization of Chinese multinationals along the Belt and Road Initiative countries. **PLoS ONE**, v. 15, n. 7, p. 1-22, July 2020. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0236636>.

AGÊNCIA ESTADO. State Grid fecha contrato de compra de controle da CPFL por R\$ 14,19 bi. **Jornal do Comércio**, 23 jan. 2017. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/01/economia/543143-state-grid-fecha-contrato-de-compra-de-controle-da-cpfl-por-r-14-19-bi.html. Acesso em: 20 abr. 2022.

AGÊNCIA O GLOBO. AliExpress, Shopee e outras plataformas são alvo de MP do governo. **Exame**, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://exame.com/negocios/aliexpress-shopee-e-outras-plataformas-sao-alvo-de-mp-do-governo/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

AIIB approves first project in Brazil: USD100M to BDMG Renewables and Asia Connectivity Facility. **AIIB**, 21 Jan. 2022. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/news-events/news/2022/AIIB-Approves-First-Project-in-Brazil.html>. Acesso em: 27 abr. 2022.

ALBRIGHT, Z. C.; RAY, R.; LIU, Y. **China-Latin America and the Caribbean**. Boston: Global Development Policy Center, 2022. (GCI Economic Bulletin, 2022 edition).

ALIEXPRESS PLANEJA LANÇAR centro de distribuição em breve no Brasil. **E-Commerce Brasil**, 26 jun. 2021. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/aliexpress-centro-distribuicao-brasil>. Acesso em: 10 maio 2022.

ALIEXPRESS ABRE PLATAFORMA para vendedor brasileiro e planeja centro de distribuição. **Valor Investe**, 23 ago. 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2021/08/23/aliexpress-abre-plataforma-para-vendedor-brasileiro-e-planeja-centro-de-distribuio.ghtml>. Acesso em: 6 maio 2022.

ALVARENGA, A. A. *et al.* Desafios do Estado brasileiro diante da pandemia de covid-19: o caso da paradiplomacia maranhense. **Caderno de Saúde Pública**, v. 36, n. 12, p. 1-22, 2020.

ANDREONI, M. China aposta em usinas solares e eólicas no Brasil. **Diálogo Chino**, 9 ago. 2019. Disponível em: <https://dialogochino.net/pt-br/mudanca-climatica-e-energia-pt-br/29559-china-aposta-em-usinas-solares-e-eolicas-no-brasil/>. Acesso em: 1º mar. 2022.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, P. H. B. **New kids on the block**: China's arrival in Brazil's electric sector. Boston: Global Development Policy Center, 2021. (GCI Working Paper, n. 12).

BARROS, P. S. *et al.* **Integração econômica bilateral Argentina-Brasil**: reconstruindo pontes. Brasília: Ipea, 2021. (Publicação Preliminar). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10899/2/NT_44_Dinte_Integracao_Econ_Bilateral_Argentina_Brasil.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

BARU, S. Geo-economics and strategy. **Survival**, v. 54, n. 3, p. 47-58, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396338.2012.690978>.

BAUMANN, R. *et al.* **Research for investment cooperation between Brazil and China**. Brasília: Ipea, 2021. (Early View). Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/pubpreliminar/211125_nt_dinte_research_investment_cooperation.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de investimento direto: 2022 – ano-base 2021**. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioid>. Acesso em: 3 jul. 2023.

BECARD, D. S. R. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista Sociologia Política**, v. 19, p. 31-44, nov. 2011.

BECARD, D. S. R.; LESSA, A. C.; SILVEIRA, L. U. One step closer: the politics and the economics of China's strategy in Brazil and the case of the electric power sector. *In*: BERNAL-MEZA, R.; XING, L. (Ed.). **China-Latin America relations in the 21st century: the dual complexities of opportunities and challenges**. Cham: Palgrave MacMillan, 2020. p. 55-81.

BEESON, M. Goeconomics with Chinese characteristics: the BRI and China's evolving grand strategy. **Economic and Political Studies**, v. 6, n. 3, p. 240-256, 2018.

BLACKWILL, R. D.; HARRIS, J. M. (Ed.). **War by other means: geoeconomics and statecraft**. London: Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

BRASIL. **Boletim sobre investimentos chineses no Brasil**. Brasília: MP; Seain, 2017.

BRASIL. **Boletim sobre investimentos chineses no Brasil nº 7**. Brasília: MP; Seain, 2018.

BRASIL. Portaria nº 183, de 20 de abril de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2020.

BRASIL RECEBE 2,3 milhões de kits de intubação vindos da China. **Agência Brasil**, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-04/brasil-recebe-23-milhoes-de-kits-de-intubacao-vindos-da-china>. Acesso em: 25 maio 2022.

BUCKLEY, P. J. *et al.* The determinants of Chinese outward foreign direct investment. **Journal of International Business Studies**, v. 38, n. 4, p. 499-518, 2007. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/palgrave.jibs.8400277>.

BUSINESS INSIDER. China's expanding middle class is starting to look a lot like the US', but it's not a good thing. **South China Morning Post**, 8 Dec. 2021. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3158753/chinas-expanding-middle-class-starting-look-lot-us-its-not>. Acesso em: 4 maio 2022.

BYD BRASIL CONFIRMA apresentação do sedã elétrico HAN EV em abril. **BYD**, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://www.byd.com.br/byd-brasil-confirma-apresentacao-do-seda-eletrico-han-ev-em-abril/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

BYD E O BRASIL: uma história de sucesso. **BYD**, 1º dez. 2021. Disponível em: <https://www.byd.com.br/byd-e-o-brasil-uma-historia-de-sucesso/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BYD SE CONSOLIDA como a maior fábrica no Brasil de módulos fotovoltaicos. **BYD**, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.byd.ind.br/2152-2/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

CABO submarino de alta velocidade conecta América Latina e África. **Huawei**, 11 set. 2018. Disponível em: <https://www.huawei.com/br/news/br/2018/agosto/cabo-submarino>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CAHEN, F. R. Internationalization of state-owned enterprises through foreign direct investment. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 6, p. 645-659, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/3rm3HD6YSkJhGgL4FQbx6rk/?lang=en>.

CAI, P. Understanding China's Belt and Road Initiative. **Lowy Institute**, 22 Mar. 2017. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/publications/understanding-china-s-belt-road-initiative>. Acesso em: 22 abr. 2022.

CAMEX – CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Boletim de investimentos estrangeiros: países selecionados – 1º trimestre de 2019**. Brasília: Secretaria-Executiva da Camex, 2019a. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-de-investimentos-estrangeiros/arquivos/boletim-de-investimentos-estrangeiros-paises-selecionados_no-01_2019.pdf/view. Acesso em: 2 abr. 2022.

CAMEX – CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Boletim de investimentos estrangeiros: países selecionados – 2º trimestre de 2019**. Brasília: Secretaria-Executiva da Camex, 2019b. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-de-investimentos-estrangeiros/arquivos/boletim-de-investimentos-estrangeiros-paises-selecionados_no-02_2019_vf.pdf/view. Acesso em: 2 abr. 2022.

CAMEX – CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Boletim de investimentos estrangeiros: países selecionados – 3º trimestre de 2019**. Brasília: Secretaria-Executiva da Camex, 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-de-investimentos-estrangeiros/arquivos/boletim-de-investimentos-estrangeiros-2013-paises-selecionados-3o-trimestre-de-2019/view>. Acesso em: 2 abr. 2022.

CARIELLO, T. **Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)**. Rio de Janeiro: CEBC, 2021.

CARVALHO, G. M. Fiocruz amplia cooperação científica com a China. **Portal Fiocruz**, 13 nov. 2017. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-amplia-cooperacao-cientifica-com-china>. Acesso em: 18 maio 2022.

CEBC – CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Boletim de investimentos chineses no Brasil**: 2012-2013. Rio de Janeiro: CEBC, 2014.

CEBC – CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Investimentos chineses no Brasil**: 2017. Rio de Janeiro: CEBC, 2018.

CEPAL – COMISSION ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: NU, 2021.

CFDA – CHINA STATE FOOD AND DRUG ADMINISTRATION; ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Ata da reunião**. Pequim: CFDA; Anvisa, 18 mar. 2011. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://antigo.anvisa.gov.br/documents/33788/3042344/ANVISA_SFDA++Ata+de+reuni%C3%A3o+\(BR,+2011\)+\(2\).pdf/ac8770c5-a3ff-4967-8078-933c20e0c4e8](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://antigo.anvisa.gov.br/documents/33788/3042344/ANVISA_SFDA++Ata+de+reuni%C3%A3o+(BR,+2011)+(2).pdf/ac8770c5-a3ff-4967-8078-933c20e0c4e8). Acesso em: 22 maio 2022.

CHATURVEDI, S. Development cooperation: contours, evolution and scope. *In*: CHATURVEDI, S.; FUES, T.; SIDIROPOULOS, E. (Ed.). **Development cooperation and emerging powers**: new partners or old patterns? New York: Zed Books, 2012. p. 13-36.

CHAUVET, P. *et al.* **China**: current and potential role in infrastructure investment in Latin America. Santiago: ECLAC, 2020. (International Trade Series, n. 144).

CHENG, E. China's Xi pledges \$ 2 billion to help fight coronavirus. **CNBC**, 18 May 2020. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2020/05/18/chinas-xi-pledges-2-billion-to-help-fight-coronavirus-at-who-meeting.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

CHINA INVESTE EM ponte na Bahia que encarece 80%. **Diário do Porto**, 3 fev. 2022. Disponível em: https://www.facebook.com/diariodoportorj/videos/china-investe-na-bahia/207910887486911/?locale=bg_BG. Acesso em: 3 jul. 2023.

CHINA MERCHANTS PORT adquire participação de 90% na TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá, da Advent International e dos sócios-fundadores. **Advent International**, 4 set. 2017. Disponível em: <https://www.adventinternational.com/br/china-merchants-port-adquire-participacao-de-90-na-tcp-terminal-de-containers-de-paranagua-da-advent-international-e-dos-socios-fundadores/>. Acesso em: 2 jun. 2022.

CHINESA Didi Chuxing compra o controle da brasileira 99. **G1**, 3 jan. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/chinesa-didi-chuxing-compra-o-controle-da-brasileira-99.ghtml>. Acesso em: 5 maio 2022.

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 381-400, 2017.

COLLET, L. No leilão de usinas da Cemig, SPIC leva hidrelétrica de São Simão por R\$ 7,180 bi. **Estado de Minas**, 27 set. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/09/27/internas_economia,903902/no-leilao-de-usinas-da-cemig-spic-leva-hidreletrica-de-sao-simao-por.shtml. Acesso em: 20 abr. 2022.

COM APOIO da Investe SP, BYD anuncia a fabricação de painéis solares fotovoltaicos em Campinas. **Invest SP**, 22 maio 2015. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/com-apoio-da-investe-sp-byd-anuncia-a-fabricacao-de-paineis-solares-fotovoltaicos-em-campinas/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

COVID-19: Brasil recebe doação de empresa chinesa. **Gov.br**, 26 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/abc/centrais-de-conteudo/noticias/covid-19-brasil-recebe-doacao-de-empresa-chinesa>. Acesso em: 18 maio 2022.

CPFL ENERGIA. **Relatório anual 2020**. Campinas: CPFL Energia, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.grupocpfl.com.br/sites/default/files/2021-12/CPFL-RA2020-pt.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

CUNHA, L. Varejista Shein é sucesso no Brasil mesmo sem propaganda na TV. **Estadão**, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/varejista-chinesa-shein-e-sucesso-no-brasil-mesmo-sem-propaganda-na-tv,1906baa8a5e0ea3302c96ed6a2c0c944ms7svc3i.html>. Acesso em: 3 jul. 2023.

DESIDÉRIO, M. Chinesa Tencent investe no Nubank e avalia empresa em US\$ 4 bilhões. **Exame**, 8 out. 2018. Disponível em: <https://exame.com/negocios/chinesa-tencent-compra-fatia-do-nubank-e-avalia-empresa-em-us-4-bilhoes/>. Acesso em: 3 maio 2022.

DITTMER, L. Xi Jinping's "new normal": quo vadis? **Journal of Chinese Political Science**, v. 22, n. 3, p. 429-446, 2017.

DUNNING, J. H. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, v. 9, n. 2, p. 163-190, 2000.

ELLIS, R. E. **China's diplomatic and political approach in Latin America and the Caribbean**: testimony before the US-China Economic and Security Review Commission, Washington: USCC, 20 May 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.uscc.gov/sites/default/files/2021-05/Evan_Ellis_Testimony.pdf. Acesso em: 29 maio 2022.

ESTADO DE SÃO PAULO. CGN Brasil Energia e Participações S.A.: demonstrações financeiras – exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais). **Diário Oficial Empresarial**, p. 5-13, v. 130, n. 151, 13 ago. 2020.

FARRELL, H.; NEWMAN, A. L. Weaponized interdependence: how global economic networks shape state coercion. **International Security**, v. 44, n. 1, p. 42-79, 2019.

FIORI, J. L. da C. Prefácio ao poder global. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 131-153, abr. 2010.

GALLAGHER, K. **The China triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus**. New York: Oxford University Press, 2016.

GALLAGHER, K.; MYERS, M. **China-Latin America finance database**. Washington: Inter-American Dialogue, 2022.

GILPIN, R. (Ed.). **The political economy of international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GOVERNO de SP assina contrato com Sinovac para o fornecimento de 46 milhões de doses da Coronavac. **Portal do Butantan**, 2 out. 2020. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/governo-de-sp-assina-contrato-com-sinovac-para-o-fornecimento-de-46-milhoes-de-doses-da-coronavac>. Acesso em: 25 maio 2022.

GWEC releases Global Wind Turbine Supplier Ranking for 2020. **GWEC**, 23 Mar. 2021. Disponível em: <https://gwec.net/gwec-releases-global-wind-turbine-supplier-ranking-for-2020/>. Acesso em: 8 maio 2022.

HAFFNER, J. A.; BARBOSA, M. J. Mudanças estruturais da economia brasileira: o fator China como impulsionador da desindustrialização nacional. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 5, n. 3, p. 134-156, 2020.

HAUSMANN, R. *et al.* **The atlas of economic complexity: mapping paths to prosperity**. Cambridge, United States: The MIT Press, 2014.

HIGHLIGHTS of Xi's keynote speech at second Belt and Road Forum. **CGTN**, 26 Apr. 2019. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/3d3d674e32636a4d34457a6333566d54/index.html>. Acesso em: 22 abr. 2022.

HILAL, A.; HEMAIS, C. A. O processo de internacionalização na ótica da escola nórdica: evidências empíricas em empresas brasileiras. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. 1, p. 109-124, 2003.

HIRATA, T. Sem concorrência, chineses vencem leilão da ponte Salvador-Itaparica. **Valor Econômico**, 13 dez. 2019. Disponível: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/12/13/sem-concorrecia-consorcio-de-chineses-vence-leilao-da-ponte-salvador-itaparica.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2022.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 83-98, jan. 2016.

HORNER, R. The world needs pharmaceuticals from China and India to beat coronavirus. **The Conversation**, 25 May 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/the-world-needs-pharmaceuticals-from-china-and-india-to-beat-coronavirus-138388>. Acesso em: 18 maio 2022.

HUANG, Y. The Health Silk Road: how China adapts the Belt and Road Initiative to the COVID-19 pandemic. **American Journal of Public Health**, v. 112, p. 567-569, 2022. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/10.2105/AJPH.2021.306647>.

IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Tracking clean energy innovation: focus on China**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/china/tracking-clean-energy-innovation-7aa1fe3c-en.htm>. Acesso em: 9 abr. 2022.

IGWE, P. A.; RUGARA, D. G.; RAHMAN, M. A triad of Uppsala internationalization of emerging markets firms and challenges: a systematic review. **Administrative Sciences**, v. 12, n. 3, p. 1-21, 2022.

IHC – INTERNATIONAL HYDROPOWER ASSOCIATION (IHA). **Hydropower status report: sector trends and insights**. 2021. Disponível em: https://assets-global.website-files.com/5f749e4b9399c80b5e421384/60c37321987070812596e26a_IHA20212405-status-report-02_LR.pdf.

INDEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. Argentine foreign trade statistics: preliminary data for 2021. **Comercio Exterior**, v. 6, n. 2, p. 1-20, Feb. 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.indec.gov.ar/uploads/informesdeprensa/i_argent_02_22911A4A9AB1.pdf. Acesso em: 13 fev. 2022.

JAGUARIBE, A. Characteristics and direction of China's global investment drive. In: JAGUARIBE, A. (Org.). **Direction of Chinese global investments: implications for Brazil**. Brasília: Funag, 2018. p. 17-49.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J.-E. The internationalization process of the firm: a model of knowledge development and increasing foreign market commitments. **Journal of International Business Studies**, v. 8, n. 1, p. 23-32, 1977.

KAO, E. Air pollution is killing 1 million people and costing Chinese economy 267 billion yuan a year, research from CUHK shows. **South China Morning Post**, 2 Oct. 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/science/article/2166542/air-pollution-killing-1-million-people-and-costing-chinese>. Acesso em: 11 abr. 2022.

KIM, H. *et al.* Chinese multinationals' fast internationalization: financial performance advantage in one region, disadvantage in another. **Journal of International Business**

Studies, v. 51, n. 7, p. 1076-1106, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41267-019-00279-9>.

KONG, B.; GALLAGHER, K. **Chinese development finance for solar and wind power abroad**. Boston: Global Development Policy Center, 2020. (CGI Working Paper, n. 9).

KOOP, F. Coronavirus reshapes Belt and Road in Latin America. **Diálogo Chino**, 30 July 2020. Disponível em: <https://dialogochino.net/en/infrastructure/36699-coronavirus-reshapes-belt-and-road-in-latin-america/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

KOTY, A. C. What is the China Standards 2035 Plan and how will it impact emerging industries? **China Briefing**, 2 July 2020. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/what-is-china-standards-2035-plan-how-will-it-impact-emerging-technologies-what-is-link-made-in-china-2025-goals/>. Acesso em: 30 maio 2022.

LIMA, S. E. M. (Org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas – análises e documentos**. Brasília: Funag, 2016. 480 p.

LIN, J. Y.; WANG, Y. Development beyond aid. **Project Syndicate**, 8 May 2017. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-development-patient-capital-by-justin-yifu-lin-and-yan-wang-2-2017-05?barrier=accesspaylog>. Acesso em: 27 abr. 2022.

LINS, C.; FERREIRA, G. **Logistics infrastructure in the Southeast region: an analysis of possible pathways for a partnership between Brazil and China**. Rio de Janeiro: Cebri, 2019.

LIU, H.; XU, Y.; FAN, X. Development finance with Chinese characteristics: financing the Belt and Road Initiative. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 63, n. 2, p. 1-15, 2020.

LUTTWAK, E. N. From geopolitics to geo-economics: logic of conflict, grammar of commerce. **The National Interest**, n. 20, p. 17-23, 1990.

LYLES, M.; LI, D.; YAN, H. Chinese outward foreign direct investment performance: the role of learning. **Management and Organization Review**, v. 10, n. 3, p. 411-437, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/more.12056>.

'MADE in China 2025' plan issued. **English.Gov.CN**, 19 May 2015. Disponível em: http://english.www.gov.cn/policies/latest_releases/2015/05/19/content_281475110703534.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

MAIA, B. Fundo Brasil-China não financiou nenhum projeto em seis anos. **Diálogo Chino**, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://dialogochino.net/pt-br/comercio-e-investimento-pt-br/39954-fundo-brasil-china-e-seus-us-20-bi-seguem-parados-seis-anos-apos-anuncio/>. Acesso em: 3 jul. 2023.

MAISCH, M. Enel brings online 546 MW of solar projects in Brazil. **PV Magazine**, 19 Sept. 2017. Disponível em: <https://www.pv-magazine.com/2017/09/19/enel-brings-online-546-mw-of-solar-projects-in-brazil/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MALENA, J. **The extension of the digital Silk Road to Latin America: advantages and potential risks**. New York: CFR; Cebri, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cdn.cfr.org/sites/default/files/pdf/jorge-malenadsr.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MARQUES, T. C. de A.; CAMPOS, R. Uma análise do comércio bilateral Brasil-China: a deterioração dos termos de troca e o caso da soja. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, p. 380-402, dez. 2020.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 28-42, 2015.

MENDONÇA, M. A. A.; UNGARETTI, C.; BARBOSA, J. A Nova Rota da Seda e a projeção econômica internacional da China: redes de financiamento e fluxos de Investimento Externo Direto (IED). **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 31, p. 9-37, 2021.

MENEZES, C. Governo garante início da Ferrovia Pará em 2021, obra de R\$ 7 bilhões. **Agência Pará**, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/16323/governo-garante-inicio-da-ferrovia-para-em-2021-obra-de-r-7-bilhoes>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MILNER, H. The analysis of international relations: international political economy and formal models of political economy. In: SPRINZ, D. F.; WOLINSKY, Y. (Ed.). **Cases, numbers, models: international relations research methods**. Michigan: Michigan University Press, 2004. p. 284-311.

MOREIRA, A. China 'troca' infraestrutura por grãos na América do Sul. **Valor Econômico**, 13 fev. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/coluna/china-troca-infraestrutura-por-graos-na-america-do-sul.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2022.

NDRC – NATIONAL DEVELOPMENT AND REFORM COMMISSION. **Visions and actions on jointly building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road**. Beijing: NDRC, 2015. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/topics_665678/2015zt/xjpcxbayzlt2015nnh/201503/t20150328_705553.html. Acesso em: 3 jul. 2023.

NEDOPI, C. *et al.* What China's new guidelines on 'green development' mean for the Belt and Road. **China Dialogue**, 18 Aug. 2021. Disponível em: <https://chinadialogue.net/en/business/what-chinas-new-guidelines-on-green-development-mean-for-the-belt-and-road/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

NEW pattern of China's digital economy in 2021. **Global Times**, 14 Jan. 2021. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202101/1212840.shtml>. Acesso em: 3 maio 2022.

NONNENBERG, M. J. B. *et al.* **China-Brazil agricultural trade research**. Brasília: Ipea, 2021. (Early View).

NOOR, S. 15 Biggest e-commerce companies in China. **Yahoo Finance**, 5 June 2021. Disponível em: <https://finance.yahoo.com/news/15-biggest-e-commerce-companies-054125899.html?guccounter=2>. Acesso em: 20 maio 2022.

OECD/IEA – ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT/ INTERNATIONAL ENERGY AGENCY; IRENA – INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY. **Perspectives for the energy transition: investment needs for a low-carbon energy system**. Paris: IEA; Masdar: Irena, 2017. Disponível em: <https://www.irena.org/publications/2017/Mar/Perspectives-for-the-energy-transition-Investment-needs-for-a-low-carbon-energy-system>. Acesso em: 20 abr. 2022.

OECD – ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Digital disruption in banking and its impact on competition**. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/competition/digital-disruption-in-financial-markets.htm>. Acesso em: 1º out. 2021.

OLIVEIRA, H. A. de. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53. n. 2, p. 88-106, 2010.

OLIVEIRA, H. A. de. Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa? **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 144-158, jan. 2016.

PADULA, R. **As origens da Economia Política Internacional: uma reflexão voltada à superação do atraso**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 6., 2017, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...** 2017.

PAUTASSO, D. *et al.* A Iniciativa do Cinturão e da Rota e os dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, p. 77-106, dez. 2020.

PECEQUILO, C. S. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 100-115, 2013.

PEI, C.; ZHENG, W. (Ed.). **China outbound foreign direct investment promotion system**. Berlin: Springer, 2015.

PELKMANS, L. (Ed.). **Implementation of bioenergy in Brazil: 2021 update**. Paris: IEA Bioenergy, Oct. 2021.

PETERS, E. D. **Monitor of Chinese OFDI in Latin America and the Caribbean 2021**. Mexico City: Red ALC-China, 2021. Disponível em: http://www.redalc-china.org/monitor/index.php?option=com_content&view=article&id=437. Acesso em: 17 mar. 2022.

PIRES, F. CCCC inicia obra de porto e mira ferrovias. **Valor Econômico**, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/03/19/cccc-inicia-obra-de-porto-e-mira-ferrovias.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PIRES, F.; MOREIRA, A. Gigante CCCC vai construir terminal portuário em SC. **Valor Econômico**, 4 set. 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/09/04/gigante-cccc-vai-construir-terminal-portuario-em-sc.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PRAZERES, T.; BOHL, D.; ZHANG, P. **China-LAC trade**: four scenarios in 2035. Washington: Atlantic Council, 2021.

PROENÇA, A.; KUPFER, D. Experiências empresariais. In: JAGUARIBE, A. (Org.). **Direction of Chinese global investments**: implications for Brazil. Brasília: Funag, 2018. p. 267-288.

RAGAZZI, A. P. O “fator Shopee” no e-commerce brasileiro. **SBVC**, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://braziljournal.com/o-fator-shopee-no-ecommerce-brasileiro/>. Acesso em: 3 jul. 2023.

RHEE, C; SUMULONG, L. Regional settlement infrastructure and currency internationalization: the case of Asia and the renminbi. In: EICHENGREEN, B.; KAWAI, M. (eds.). **Renminbi internationalization**: achievements, prospects, and challenges. Washington: Brookings Institution Press, 2015, p. 236-271.

RIBEIRO, I.; MACHADO, A. P.; GÓES, F. Vale e chinesa CCCC vão montar usina de aço de R\$ 1,5 bi no Pará. **Valor Econômico**, 23 maio 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/05/23/vale-e-chinesa-cccc-vaio-montar-usina-de-aco-de-r-15-bi-no-pa.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2022.

RODRIGUES, B. S. Geoeconomia híbrida da China na América do Sul: o uso de instrumentos econômicos duais para fins geopolíticos. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-24, 2021.

ROSITO, T. **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. Rio de Janeiro: CEBC, 2020.

SALIDJANOVA, N. **Going out**: an overview of China’s outward foreign direct investment. Washington: USCC, 2011. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/GoingOut.pdf>. Acesso em: 28 maio 2022.

SANTOS, L. T.; MILAN, M. Determinantes dos investimentos diretos externos chineses: aspectos econômicos e geopolíticos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 457-486, 2014.

SANTOS, T.; CAMOÇA, A.; RODRIGUES, B. S. Relações econômicas entre América Latina e Caribe e seus impactos na integração regional (2001-2016). **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, p. 107-133, dez. 2020.

SÃO MANOEL ENERGIA. **Demonstrações financeiras 2014**. Rio de Janeiro: São Manoel Energia, 2015. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.saomanoelenergia.com.br/sites/edpbrsaomanoel/files/2019-10/somanoel_2014.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

SAUVANT, K. P.; CHEN, V. Z. China's regulatory framework for outward foreign direct investment. **China Economic Journal**, v. 7, n. 1, p. 141-163, 2014.

SBVC – SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO. **Estudo: o consumidor brasileiro e suas compras no e-commerce cross border**. 2. ed. São Paulo: SBVC, maio 2021. Disponível em: http://sbvc.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Apresentacao_2a-Ed.-Ecommerce-CrossBorder_SBVC-1.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

SCHERER, A. L. F. A nova estratégia de projeção geoeconômica chinesa e a economia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 129, p. 35-51, 2015.

SCHOLVIN, S.; WIGELL, M. **Geo-economics as concept and practice in international relations: surveying the state of the art**. Helsinki: FIIA, Apr. 2018. (Working Paper, n. 102).

SILVA, A. L. R. da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 143-184, 2015.

SILVEIRA, L. C. F. U. **Laços e traçados da China no Brasil: implantação de infraestrutura energética e a componente socioambiental**. 2018. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SOUSA, A. T. L. M. de. *et al.* Relações Brasil-China durante a pandemia: abalos no pragmatismo. In: AZZI, D. A.; RODRIGUES, G. M. A.; SOUSA, A. T. L. M. de. (Org.). **A política externa de Bolsonaro na pandemia**. São Bernardo do Campo: Opeb; FES, 2020. p. 31-45.

STRANGE, S. (Ed.). **States and markets**. 2nd ed. New York: Continuum. 1994.

TEIXEIRA, I.; ROSSI, T. **Brasil e China: elementos para a cooperação em meio ambiente**. Rio de Janeiro: Cebri, abr. 2020.

THE 47TH “Statistical Report on Internet Development in China”. **CNNIC**, 3 Feb. 2021. Disponível em: <https://www.cnnic.com.cn/IDR/ReportDownloads/202104/P020210420557302172744.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2023.

THIÉBAUT, R. **As oportunidades e os desafios para empresas brasileiras no maior e-commerce do mundo: a China**. Rio de Janeiro: CEBC, 2022.

UM ANO APÓS despedida do trem, obras do VTL de Salvador estão atrasadas. **G1 Bahia**, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/02/15/um-ano-apos-despedida-do-trem-obras-do-vtl-de-salvador-esta-atrasada.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2022.

UNGARETTI, C. *et al.* Nova Rota da Seda na América Latina: entre adesões e hesitações. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 33, p. 87-138, 2022.

VADELL, J. A. El Foro China-CELAC y el nuevo regionalismo para un mundo multipolar: desafíos para la Cooperación ‘Sur-Sur’. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 6-37, 2018.

VAHLNE, J.-E.; JOHANSON, J. From internationalization to evolution: the Uppsala model at 40 years. **Journal of International Business Studies**, v. 48, n. 9, p. 1087-1102, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41267-017-0107-7>.

VAZ-PINTO, R. Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, p. 210-224, 2014.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **Fostering effective energy transition**: 2021 edition – insight report. Cologny; Geneva: WEF, Apr. 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www3.weforum.org/docs/WEF_Fostering_Effective_Energy_Transition_2021.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.

XU, Q. Analysis of internationalization path of Chinese enterprises based on Uppsala theory. **Advances in Economics, Business and Management Research**, v. 80, p. 205-208, 2019.

YAN, X. From keeping a low profile to striving for achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153-184, 2014.

YE, M. Fragmentation and mobilization: domestic politics of the Belt and Road in China. **Journal of Contemporary China**, v. 28, n. 119, p. 696-711, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10670564.2019.1580428?journalCode=cjcc20>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSILLI, V. S.; JAIME, M. B. Chinese investments in Brazil: economic diplomacy in bilateral relations. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 541-564, 2021.

FERRARI, M. Governo de SP anuncia início da produção da Coronavac no Instituto Butantan, **CNN Brasil**, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/governo-de-sp-anuncia-inicio-da-producao-da-coronavac-no-instituto-butantan/>. Acesso em: 25 maio 2022.

XI Focus: China to stop building new coal-fired power projects abroad: Xi. **Xinhua**, 22 Sept. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/governo-de-sp-anuncia-inicio-da-producao-da-coronavac-no-instituto-butantan/>. Acesso em: 17 maio 2022.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Editores

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro
por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria
ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

